



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER DEMANDAS DECORRENTES DA  
AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

EM: 04.11.2021

INÍCIO: 09h38min

PRESIDENTE: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhoras, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública para debater demandas decorrentes da avaliação e diagnóstico do Plano Estadual de Educação.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham, por meio virtual, seja na nossa página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos a Magnífica Reitora, Professora Marcelle Regina, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

O Excelentíssimo Senhor Pró-Reitor, o Doutor Edslei Rodrigues de Almeida, do Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

Excelentíssimo Senhor Doutor Julian Farago, Promotor de Justiça da Educação, do Ministério Público Estadual.

Senhor Marcus César, Secretário Geral do Controle Externo do Tribunal de Contas - TCE.

Senhor Jair Santiago Coelho, Coordenador de Educação do Sesi/Senai/IEL.

Senhora Conselheira Adir Josefa de Oliveira, representando o Conselho Estadual de Educação - CEE/RO.

Senhora Professora Walterlina Brasil, Coordenadora do Fórum Estadual de Educação e Professora da UNIR.

Virtualmente, compõe a Mesa de Autoridades, a Senhora Marcelle Frossard, Assessora de Políticas Sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nós convidamos, neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Alan Queiroz, que procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Inicialmente, quero saudar a todos com um bom dia. Agradecer imensamente a presença de todos os representantes aqui de diversas entidades na nossa Mesa. Peço desculpas, também, pelo

atraso inicial da nossa Audiência Pública. Estou também ainda me recuperando da cirurgia que fiz na segunda-feira, mas eu não queria deixar de ter a oportunidade de estar aqui neste momento importante para a Educação no nosso Estado. Quero agradecer imensamente e vamos agora dar início à nossa Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater demandas decorrentes da avaliação e diagnóstico do Plano Estadual de Educação.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Neste momento, eu convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Melo e Silva).

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

Podeis assentar. Nós também gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das autoridades presentes.

O Senhor Paulo Haddad, Presidente da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas, Tecnológicas e à pesquisa do Estado de Rondônia - Fapero. Agradecemos ainda à Senhora Dioneida Castoldi, Secretária-Geral, representando o Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia). Senhor Ricardo Braz Bezerra, Gerente de Controle, Avaliação e Estatística, e membro do Comitê do Plano Estadual de Educação. Senhora Tamara Kasper, Gerente da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho - Semed. Senhor Nonato Soares, Secretário-Geral da CUT. Senhor Victor Paiva, Diretor da Fapero. Senhor Francisco Lemos, Técnico

Legislativo da Assembleia Legislativa de Rondônia. Senhora Sandra Santos da Costa, Coordenadora de Ensino Técnico do IFRO e membro do Fórum Estadual de Educação. Senhora Silvana Ventura, Diretora da Escola Técnica do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP. Senhor Massud Badra, Assessor Chefe de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO. Senhor Fábio Recalde, Gerente de Reintegração Social, representando a Secretaria de Estado de Justiça Social - Sejus. Senhora Sheila Andreia Ribeiro, Gerente de Gestão Escolar.

Neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Alan Queiroz para conduzir esta Audiência Pública...  
**(interrupção do áudio).**

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Peço perdão. Eu apertei aqui, antes da finalização de sua fala. Desculpe.

Mais uma vez, as nossas saudações, o nosso bom-dia a toda a nossa Mesa Diretora composta aqui por diversas autoridades. Quero agradecer imensamente aos nossos servidores da Casa, em nome do Paim, o Kid, as nossas taquígrafas, todas as pessoas que nos acompanham aqui de forma presencial, nas nossas galerias, e também àqueles que nos assistem de forma remota, através do You Tube e das nossas mídias sociais, também, da Assembleia Legislativa.

Para dar início aqui à fala, já temos algumas pessoas inscritas. Quero também deixar aberto para aqueles que ainda não estão, que possam fazer juntamente à nossa assessoria, que possam também se inscrever para ter direito à fala na nossa Audiência.

Quero convidar, inicialmente, de forma virtual, quero agradecer a disponibilidade da Senhora Marcelle Frossard, que é assessora de políticas sociais da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, que já está ali virtualmente preparada para sua fala. Quero pedir ao nosso Cerimonial, Paim, que possa fazer a leitura do currículo da Senhora Marcelle Frossard.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Currículo da Senhora Marcelle Frossard, Assessora de políticas sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; doutora em Ciências Sociais da UERJ - Rio de Janeiro; mestre em Ciências Sociais pela PUC - Rio de Janeiro e é bacharel em Ciências Sociais da UERJ - Rio de Janeiro.

Pesquisadora nas áreas de sociologia da educação, sociologia da violência e sociologia da juventude e políticas públicas. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Análise da Violência - LAV-UERJ, do Instituto de Pesquisa Prevenção e Estudos em Suicídio - IPES e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia da Educação da UERJ. Também atuou em pesquisas junto ao Observatório de Favelas e ao Instituto de Estudos da Região - ICER sobre homicídio na adolescência no Rio de Janeiro. Pesquisa, discursos de atores do terceiro setor em políticas educacionais e especialmente sobre a base nacional comum curricular e a relação com pensamento político brasileiro e o pensamento liberal.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Passamos, então, a palavra à Senhora Marcelle Frossard. Mais uma vez o nosso agradecimento. E está com a palavra agora. Peço que possam

soltar no telão para que todos possam ter acesso visual também.

ASRA.MARCELE JULIANE FROSSARD (*Por videoconferência*) - Bom dia. Vocês me escutam?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Estamos ouvindo. Só peço que possa conseguir colocar a imagem no painel. Agora sim.

A SRA. MARCELE JULIANEFROSSARD - Primeiramente, eu queria agradecer o Deputado Alan Queiroz, que está presidindo esta Sessão hoje, e também à Walterlina, que faz parte do Fórum de Educação, que fez esse convite, e a todos os presentes pela possibilidade de participar desta Audiência com vocês. É um enorme prazer fazer parte.

Eu tenho uma apresentação. Queria saber se - eu envie - podem colocar na tela, por favor. Obrigada.

**(apresentação de slide)**

Então, hoje a gente vai falar sobre o Plano Nacional de Educação, que saiu o trabalho em 2014, e falar, através da campanha... **(ininteligível)** de educação, eu sou assessora de políticas sociais. Em sobre o Plano, acho que alguns aspectos precisam ser ressaltados, antes de começar a apresentação, que tem a ver com as perspectivas de financiamento adequado para acesso, permanência, qualidade e inclusão.

A Campanha Nacional Pelo Direito à Educação é atuante no processo de aprovação do Plano Nacional de Educação e no

seu monitoramento. Somos uma rede de movimentos sociais que está presente em todo Brasil – então temos em todos os Estados, inclusive Rondônia. E a gente, através dessa rede, vem atuando para conseguir fazer um... **(ininteligível)** sobre políticas públicas de educação. E o Plano Nacional de Educação foi uma dessas grandes conquistas que a gente participou. Se puderem passar o slide para a segunda foto, por favor.

Aqui tem a foto de quando foi aprovado, em 2014, a participação do Daniel – Daniel é o cara que foi Presidente da campanha –, da Fátima Bezerra, da Dorinha, de vários outros deputados que participaram nesse processo. E uma de nossas principais bandeiras é o... **(ininteligível)** qualidade, que nós vamos falar um pouco depois. E aí sobre o Plano Nacional de Educação. Ele foi aprovado em 2014, com previsão até 2024, então são 10 anos para implementação do Plano. E sempre pensando nessas características: acesso, permanência, qualidade e inclusão. E aí, atualmente, a gente já está no 7º ano de vigência desse Plano, e o que acontece? – pode passar para o próximo slide, por favor.

Aqui é um balanço do cumprimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação). Então, desde a sua aprovação, ele foi planejado para ser progressivo. Então, ao longo desses anos, a gente teria que ter ido aprovando essas metas. E isso não vem acontecendo desde o primeiro ano do Plano. Então, o Plano é aprovado em 2014, 2015 se inicia o processo de tentar implementar esse Plano. E aí, como se vê nesse gráfico, as barras que estão em verde são as metas que estão em cumprimento e as vermelhas são as que não foram cumpridas. O que indica que a maior parte do Plano não tem sido cumprida ao longo desses sete anos. E por que é importante mencionar isso? Porque, a gente sempre fala isso na campanha, nas nossas falas e tal, que tem a ver com

o quanto a gente não precisa inventar a roda. Pode passar ao próximo slide, por favor. O que isso significa? Que as metas do Plano Nacional de Educação envolvem uma série de características que estão relacionadas à educação pública de qualidade que tratam de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e ação, como IDEB, Educação Integral, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico, a formação de professores, o número de matrículas, professores com licenciatura para todo o País, matrícula no Ensino Superior... Então, assim, como apresentado aqui, essas são as 20 metas do Plano Nacional de Educação, das quais a gente vê que 5 metas estão parcialmente cumpridas. O resto, nenhuma delas foi cumprida, de fato.

Então, isso significa que o que foi planejado para acontecer ao longo dessa década não tem acontecido. E aí a gente tem assistido justamente o contrário: ao invés de assistirmos esforços para... **(ininteligível)**, a gente tem assistido uma retirada de recursos e a aposta em políticas para Educação que não estavam relacionadas com o Plano Nacional de Educação. Pode passar, por favor.

Então, essa primeira meta, aqui, por exemplo. "Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência desse PNE (Plano Nacional de Educação).".

Essa também é uma das metas que não foram cumpridas e, como se observa – por isso a ideia de não inventar a roda – são metas muito básicas e fundamentais para a gente conseguir alcançar esse grande objetivo que é de melhorar a qualidade da Educação no acesso, no País inteiro. Pode passar para o próximo slide.



De maneira real, não cumprida. Entendendo os números. Previstos para 2016, o dispositivo da meta 1 que determina a universalização do acesso para as crianças de quatro e cinco anos, ainda não se encontrava cumprido em 2019, último ano com dados disponíveis, por causa da Covid-19. E a meta 1 também dispõe que em 2024 a porcentagem de crianças brasileiras de até três anos frequentando escolas ou creches deveria ser de 50%. Mas, em 2019, essa porcentagem era de 37% e com os retrocessos que a gente vem assistindo, enquanto cortes também na educação pública, no orçamento da educação pública, o que a gente nota é que, provavelmente, esses 30% que tinham sido alcançados, e esses 13% das crianças nessa faixa etária para atingir o objetivo estabelecido, provavelmente, esses números, quando a gente fizer um balanço ano que vem, eles também serão diferentes no sentido de que não serão 37% e a gente vai estar ainda mais distante desses 50% que era a meta para 2024. Pode passar.

É a meta 2. Também tem a ver com o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que, pelo menos, os 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano que seria em 2024. Pode passar.

E o que aconteceu? Isso também tem sido insuficiente e até 2020 esse percentual era de 82,4, então, a gente também ainda não conseguiu alcançar essa meta, que era de 95%.

E quais são outras características? Provavelmente, por causa da pandemia, a gente já sabe através de dados que foram coletados ao longo de 2021 com a pesquisa realizada pela UNICEF, que a gente teve uma evasão escolar muito alta, de mais de 5 milhões de estudantes; que muitos desses estudantes também estão ingressando no trabalho infantil e que dificilmente eles vão retornar para o Ensino

Fundamental se não houver investimento para a realização de busca ativa, para fazer também um acompanhamento dessas famílias e criar condições para que essas crianças permaneçam na escola.

Então, essa Meta 2, além de não ser cumprida, ela tem um impacto muito forte por causa da pandemia de Covid-19, o que ainda não fica visível nesse indicador que foi feito com dados de 2019 e não de 2020. E, no contexto atual, a condução responsável da crise sanitária agrava o problema dos efeitos da pandemia, alterando também a relação dessas crianças com as escolas e confirmando isso que eu acabei de falar, que é essa dificuldade de retornar às escolas depois da pandemia.

No ano que vem, por exemplo, é um ano que necessita de forte investimento para fazer o retorno às aulas já com a maior parte da população vacinada e tentar garantir ao máximo o número de matrículas. Mas a gente sabe que isso também sofre com grande obstáculo, que tem a ver com os recursos públicos disponibilizados para a criação de matrículas, contratação de professores, etc. Pode passar, por favor.

A Meta 3 fala sobre universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Pode passar.

Aí, o que é que acontece? Se o Ensino Fundamental já tem sofrido com os impactos da pandemia, o Ensino Médio, historicamente, já é uma dessas etapas que sofre um estrangulamento, em que a gente tem uma dificuldade em manter esses adolescentes no Ensino Médio. A gente tem alguns desafios para os próximos anos que tem a ver com a

permanência desses adolescentes na escola – já acontecia antes, então, já estava previsto no Plano, tanto é que a meta é até menor do que o relacionado para o Ensino Fundamental. Então, o dispositivo para quando se atinja uma taxa líquida de frequência de 85%, em 2024, esses jovens de 15 a 17 anos, e isso depende de um pequeno aumento no ritmo de avanço em relação ao que se tem observado no segundo trimestre de 2020.

Desde 2014 o ganho foi de cerca de 1,7 pontos percentuais ao ano, diante de uma necessidade de avançar 1,8 p.p. O provável é que agora com o impacto de 2020 e de 2021, a gente tenha uma redução e os dados apresentem uma enorme evasão escolar nessa etapa da Educação. Além disso, a reforma do Ensino Médio, a gente considera que foi um marco negativo, porque foi feita sem abertura de especialistas e da sociedade civil, prevendo a abertura à privatização e uma proposta de currículo mínimo através de “itinerários formativos”, que tem origem na Medida Provisória 746/2016 e foi transformada na Lei nº 13.415 de 2017.

A reforma do Ensino Médio já vem sendo implementada em alguns Estados, em todo o cenário nacional, e a tendência é que, através dessa reforma e desse novo modelo de Ensino Médio, exista um aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude da educação de qualidade, aquela que proporciona desenvolvimento integral dos estudantes. Pode passar, por favor.

A Meta 4 vai falar sobre universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede

regular de ensino. Essa é uma das etapas – pode passar, por favor – é uma das etapas que também vem sofrendo um retrocesso. Recentemente, desde 2018, tem sido tentada repetidamente a revisão ou a atualização da Política Nacional Especial na perspectiva da educação inclusiva e uma previsão de retorno à ideia de educação especial que, ao invés de fazer um investimento para que a gente realmente implemente a educação inclusiva no País, o que a gente tem assistido é uma revisão inclusive desse conceito que já tinha sido pactuado através de outros momentos junto à sociedade civil, aos pais de crianças com deficiência e também através dessa mudança, dessa previsão de mudança na lei, em que a gente também percebe é que vai se tornar ainda mais difícil o acesso de crianças com deficiência à escola pública. E inclusive aos direitos que ela deveria ter na escola pública, como monitor, salas especializadas e outros aspectos relacionados a isso. Pode passar.

Aqui na Meta 5 apresenta “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.”. Aqui são os dados, “a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada.”. O que a gente percebe é que muda muito pouco de um ano para o outro. Essa proficiência, então de, por exemplo, em outubro a gente teve um aumento que corresponde a menos de 1% passando de 77,8 para 78,3 em dois anos, então indicando ainda necessidade de investimento para que a gente tenha realmente uma escola de qualidade, que promova esse ensino e o alcance desses alunos, dessa proficiência adequada. Pode passar, por favor.

E aí, a meta também não está cumprida. E o que a gente pode pensar a esse respeito? Que, normalmente, através da pandemia e da manutenção, por questões sanitárias, das crianças fora da escola e da dificuldade de oferecer um

ensino remoto ou outras formas de aprendizagem, a gente imagina que também, a gente prevê, que essas taxas também sofrerão alterações em um sentido negativo, de redução do movimento que vinha acontecendo antes. Pode passar.

A meta 6 fala sobre "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica.". Pode passar também.

Essa meta "apresenta uma das situações mais graves em relação ao seu cumprimento, uma vez que em seus dois dispositivos os níveis caíram consideravelmente em relação a 2014, ao invés de subir. Se em 2014 haviam 42.665 escolas e 6,5 milhões de matrículas com jornada em tempo integral, em 2020 os números haviam caído para 27.969 escolas e 4,8 milhões de matrículas, significando uma perda de cerca de 15 mil escolas e mais de um milhão e meio de matrículas nesse formato.".

Então, novamente, o que a gente apresenta é que houve, ao invés de ter o cumprimento da meta a gente observa um retrocesso e o distanciamento da possibilidade de cumprimento da meta. Isso também se deve à "manutenção das políticas econômicas de austeridade," principalmente "a Emenda Constitucional de 95/2016, conhecida como Teto de Gastos, e a EC 109/2021, a previsão é de que não haja avanço nessa meta.". Nesse momento a gente está votando na Câmara Federal, inclusive, a Lei dos Precatórios que tem a ver com a manutenção ou com as outras possibilidades em relação a essa política. Mas, infelizmente, isso não significa que aprovando a Lei dos Precatórios esses recursos irão para setores como a Educação e que a gente vai assistir a uma revisão da Emenda Constitucional 95 no sentido de garantir recursos para políticas públicas sociais. Pode passar, por favor.

A meta 7 é sobre "fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.". Pode passar.

"O Ideb tem mantido um padrão de superação das metas nos anos iniciais do ensino fundamental, o que poderia ser atribuído à implantação do ensino fundamental de 9 anos, no qual as crianças passam a entrar com 6 anos de idade, e não mais aos 7, como anteriormente.". Para os anos finais do ensino fundamental o Ideb tem mantido uma aproximação dessas metas, mas sem conseguir cumpri-las. Então, "no ensino médio, o quadro, que vinha sendo de estagnação até o ano de 2017, apresentou uma melhora significativa entre esse ano e 2019. Ao discutir o Ideb, que se baseia no desempenho de alunos em testes padronizados, é válido fazer ressalvas sobre o papel desse tipo de avaliação como medida de qualidade de ensino, já que há controvérsias principalmente sobre o uso e a interpretação que são feitos de seus resultados.". Então, principalmente, a relação entre uma boa nota no Ideb e a disponibilidade de mais recursos, ou também de significar alguma melhora para essas escolas, fortalecendo uma ideia de um sistema meritocrático, que não necessariamente investe nas escolas que têm nota em números menores no Ideb e, conseqüentemente, maiores dificuldades. Então, para uma avaliação ampla, é preciso implementar o Sinaeb, que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, e que está previsto em conjunto com o Ideb na Lei do Plano Nacional de Educação, e que foi recentemente constitucionalizado pela Emenda Constitucional 108/2020, que aprovou o novo Fundeb, mas que ainda aguarda regulamentação.

Então, basicamente, embora em alguns momentos de implementação do Plano Nacional de Educação a gente tenha assistido uma aproximação entre as notas do Ideb com as notas previstas pelas metas, o que a gente sugere, e a gente entende que não foi parcialmente cumprido, é que o Ideb é um desses índices. Então, ele é uma dessas formas de avaliação, mas que precisaria de uma revisão para incluir outros aspectos da educação e fazer uma avaliação mais ampla, que falasse de maneira mais aproximada da realidade das escolas. Pode passar, por favor.

A meta 8 fala sobre elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência desse Plano. Então, seria 2023. Para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pode passar.

Essa também é outra meta que não foi cumprida. A meta 8 tem tido diferentes níveis de sucesso entre seus dispositivos, ainda que nenhum deles esteja avançando o suficiente para ser cumprido no prazo. Então, desde 2014, se observa um crescimento maior da escolaridade média do Nordeste, que é a região do País onde esse indicador apresenta o menor nível, enquanto no campo e entre os 25% mais pobres da população brasileira há uma evolução menor. A equiparação do status educacional entre as populações negra e não negra, por sua vez, é o objetivo que avança mais lentamente.

E aqui eu gostaria de fazer um adendo, que se relaciona com a existência... **(ininteligível)**. O que a gente tem assistido, assim como eu apresentei na meta anterior, é uma redução do número de escolas e do número de matrículas.

Isso tem acontecido, de maneira mais intensa, quando a gente fala da educação no campo, da educação de jovens e adultos e também de outras modalidades de ensino que são mais específicas, como a educação indígena, educação quilombola.

Então, essa meta 8 é uma das metas que não tem sido cumpridas e que, ao contrário, a gente também tem assistido a um retrocesso, além de que essa equiparação de status educacional entre as populações negra e não negra, também não tem acontecido. Ou seja, a gente não tem acompanhado uma perspectiva de produção de políticas públicas e implementação para garantir uma educação antirracista. Os resultados, então, evidenciam as desiguais e injustas condições de cidadania encontradas por populações da sociedade brasileira, especialmente na realidade escolar. Pode passar, por favor.

A meta 9 vai falar sobre elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Pode passar.

Então, previsto para 2016, o dispositivo da meta 11 que determina a universalização do ensino e do acesso à escola para crianças de 4 a 5 anos, ainda não despontava em 2019. Não tinha número de dados disponíveis... **(ininteligível)** da Covid-19. Então, sem renovados esses dados da inclusão na escola, de crianças nessa idade, a tendência é de que mesmo em 2024, no fim da vigência do atual PNE, esse objetivo ainda não seja cumprido. E a gente sentiu isso, assim, de maneira mais intensa, agora, durante a pandemia, quando a gente viu a dificuldade das pessoas para realizarem... **(ininteligível)**, para crianças acessar site, via internet, de uma maneira geral. Esse



analfabetismo, essa falta de alfabetização dos brasileiros em 2015, desde 2015, vem sendo uma grande dificuldade e se torna ainda mais presente quando a gente fala em educação de jovens e adultos, que também tem sido outra área que vem sendo extinta, com o subfinanciamento, além desse programa Brasil Alfabetizado, que era desenvolvido e voltado para a alfabetização, deixou de existir. Então, com a política econômica de austeridade, o que a gente vem assistindo é justamente o não avanço dessa meta. Pode passar, por favor.

Para eu não falar de todas as metas, eu vou, porque acho que já tem mais ou menos uns, já deve ter mais de 15 a 20 minutos, que estou falando, vou fazer um resumo geral.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Senhora Marcele, além da questão do tempo, eu queria pedir, de repente, se pudesse, se houver uma forma de dar uma sintetizada. Nós estamos com alguma dificuldade também de audição. Acho que o áudio não está tão perfeito. E a gente está com alguma dificuldade de escuta, está bom? Só para você saber, ter um feedback daqui.

A SRA. MARCELE JULIANE FROSSARD (*Por videoconferência*) - Desculpa. Então, de maneira sintetizada, a gente está no 7º ano de vigência do Plano, menos de 15% dos dispositivos do Plano devem ser cumpridos. Então, assim, a gente teve 10 anos para a realização desse Plano e menos de 15% vai ser cumprido. Dos 48 dispositivos mensurados, somente 6 têm perspectiva de sucesso ao final de seus respectivos prazos. E no restante do Plano, prevalece o avanço muito aquém do necessário e também no processo, especialmente em face dos impactos da pandemia de Covid-19 na Educação.

Tem algumas questões mais impactantes, além do não cumprimento do prazo. A gente, atualmente, tem encarado a falta de dados para entender o que tem acontecido na Educação no Brasil. Então esse é um dos aspectos que têm sido mais relevantes, porque a gente não tem dados atualizados em 2020, então nem sobre a educação em si, municipal, nem censo de educação superior, e os dados, até o segundo trimestre também não foram lançados.

Na Covid-19, as matrículas não refletem a situação da exclusão. Então a gente percebe uma invisibilização da exclusão escolar. A gente tem em torno de 5 milhões de estudantes, como falei antes, que provavelmente não retornarão para a escola e que já estão fora da escola. E o que a gente infere é que esse dado é muito inferior ao que acontece na realidade. A não realização do censo também prejudica o planejamento amostral da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), que é a Pesquisa Nacional Amostrável por Domicílio, e todos os indicadores apoiados em sua pesquisa ficam ameaçados no futuro.

Então, de maneira geral, o que eu gostaria que ficasse é que essa política de austeridade que vem sendo implementada no País não contribui para a realização do Plano nem para que a gente tenha uma educação que seja realmente acessível e que garanta permanência e que seja de qualidade.

Então, acho que uma das principais coisas que a gente também tem que discutir se relaciona com o orçamento e com a disponibilidade de recursos para realmente fazer um investimento em educação que signifique que essas crianças estão na escola, que os professores estão dando aula, que elas tenham infraestrutura básica para se sentirem confortáveis e para que elas consigam se manter atentas,

como, por exemplo, a questão da alimentação escolar, que a gente sabe que também tem sido ameaçada.

Então agradeço a participação e o convite, novamente, e fico à disposição para qualquer dúvida.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Senhora Marcelle, quero agradecer, em nome da Assembleia Legislativa e todas as autoridades presentes a sua participação. Muito obrigado. Eu sei que o seu tempo era um tempo que necessitava a maior, para que pudesse, passo a passo, mostrar que as metas, realmente, estão longe de ser cumpridas.

A gente percebe que sempre houve essa dificuldade de atingir as metas, tanto do Plano Nacional, Plano Estadual e Plano Municipal. Sempre houve dificuldades de atingir as metas estipuladas, debatidas e apresentadas. E a gente percebe que no meio desse caminho ainda surge algo novo que mexeu com toda estrutura, não só educacional, mas todas as estruturas de Estado. É uma pandemia que nos pegou de surpresa, algo totalmente novo, e ainda estamos convivendo com isso e aprendendo no dia a dia quais os melhores caminhos, as melhores saídas.

Conversava agora há pouco aqui em alguns pontos que a senhora abordou, e é uma realidade muito presente nossa, aqui no nosso Estado, principalmente no interior do Estado, onde a gente tem fortemente atividade agrícola, onde os alunos, nossos jovens, não só do ensino médio, mas também ali até mesmo crianças, hoje, ajudando realmente a atividade econômica da família, principalmente na atividade do campo. Então é uma realidade. Acho que é algo que temos que abordar, saber como lidar com isso, abrir aqui novas possibilidades para esse novo contexto.

Eu acho que essa discussão será ampla, será no dia a dia, nos acontecimentos e naquilo que a gente vai poder contribuir para que, de fato, a gente possa chegar próximo do ideal, próximo daquilo que foi planejado. Então é, realmente, uma realidade difícil e que temos que enfrentar com muita vontade, principalmente, como a senhora bem disse aqui, com recursos, com orçamento, onde, realmente, é preciso ser visto de forma diferenciada.

Depois nós vamos abrir para perguntas também, mas eu quero seguir, aqui, as pessoas que estão inscritas, para a gente seguir uma ordem, e a gente tentar, porque tem um número extenso de pessoas aqui para poder usar a palavra, que a gente possa ser o mais breve possível, dentro das possibilidades está bom? Não vou estipular tempo, mas que a gente possa ser sucinto, enfim, objetivo com as palavras.

Já faço, aqui, o convite para a professora Walterlina Brasil, quero até fazer uma deferência especial, aqui. Ela esteve em meu gabinete, solicitando, preocupada com o tema, solicitando esta Audiência Pública. Então, aqui, professora Walterlina, em nome da senhora, quero cumprimentar todos os professores, aqui, representados e aqueles que estão distantes também. Tanto da Unir como das nossas instituições tanto particulares, estaduais, municipais. E eu já peço à senhora que faça o uso da palavra. Ela é Coordenadora do Fórum Estadual de Educação, que a gente vai ter também uma apresentação na parte da tarde ou no decorrer da nossa Audiência Pública, também para debater alguns temas importantes. Com a palavra, professora Walterlina, por gentileza.

Quero, desculpa, antes da senhora iniciar a sua fala, quero só agradecer imensamente a presença do meu parceiro, deputado atuante desse Parlamento Estadual, Deputado Cirone Deiró, um grande deputado que sempre está presente

conosco nas nossas ações do Parlamento Estadual. Em seu nome, Deputado Cirone, cumprimentar todos os nossos 24 deputados estaduais que representam esta Casa. Da mesma forma, cumprimentando a senhora Suzana Nogueira Brandão, ela que é Diretora Social de Desenvolvimento do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (Sinepe). Feito o registro e também o nosso agradecimento a presença. Ela vai fazer também o uso da palavra mais para frente.

Professora Walterlina, com a palavra, por gentileza. Se quiser usar, pode usar tanto aqui, a Mesa, dando um cliquezinho, aqui, no lado direito, ou também quem quiser usar a tribuna, sintase à vontade.

A SRA. WALTERLINA BARBOZA BRASIL - Deputado, eu agradeço, mas nesse momento é de saudação inicial, muito breve, porque a exposição logo acontecerá. E eu gostaria, então, nessa função de boas-vindas, de dizer que o fundamental, hoje, como a Marcele Frossard nos coloca o panorama nacional, como a Campanha Nacional de Educação, que é protagônica nesse debate da implementação dos Planos Nacionais de Educação no País, de dizer que hoje, esta Casa, Deputado, tendo o senhor no Fórum Estadual de Educação, representando a Assembleia Legislativa, como membro especial do Fórum, assim como o Tribunal de Contas, o Ministério Público e todas as organizações que permanecem no Fórum Estadual, de prestação de contas.

Então, este momento é fundamental e nós construímos este momento com longas passadas e muitas dificuldades. Por isso, saudando a todos nesta Mesa na sua pessoa, gostaria de fazer uma digressão e saudar, aqui, todos aqueles que construíram e mantiveram o Fórum Estadual de Educação. Como

a professora Angélica, primeira coordenadora do Fórum; professora Miriam que a seguiu e o senhor Valmir Souto que está aqui conosco, que fizeram com o que o Fórum, apesar do golpe que sofreu no Fórum Nacional de Educação, fez com que o Fórum Popular fosse necessário – e queremos saudar aqui o Fórum Popular. Para nós é um Fórum que também demonstra qualidade, que esta Casa, aqui, Deputado, também recebeu, lançando a Campanha Nacional Popular para o Fórum Popular, ano que vem.

Então, agradecer e dizer que hoje é uma prestação de contas em uma grande avaliação pública e uma correção de rumos para um cenário de 2022, onde nós superemos as pautas de costume e retomemos as pautas políticas e de avanço qualitativo na nossa Educação. Muito obrigada a todos e todas presentes e aquelas pessoas que não se sentem representadas pelo binômio de gênero.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado, professora Walterlina, tanto pela participação, pelo início, pela visita ao nosso gabinete. Hoje, eu não sou o Presidente da Comissão de Educação, aqui, na Casa, mas faço parte da Comissão de Educação. Nosso Presidente é o Deputado Adelino Follador e que pediu que a gente fizesse a deferência também que ele está acompanhando de perto, passo a passo e também se colocando à disposição.

Já faço o convite também o convite, aqui, para o próximo inscrito, a senhora Conselheira Adir Josefa de Oliveira, representando o Conselho Estadual de Educação.

A SRA. ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA - Cumprimentar a todas as pessoas que participam deste evento importantíssimo. Em

nome do Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Horácio Guedes e em meu nome próprio. Em nome da professora Walterlina, cumprimentar todos os integrantes desta Mesa e vou falar mais, logo mais vou ter uma fala um pouco maior também. Então, quero só cumprimentar a todos e também falar da satisfação de estar aqui para conversar um pouco um assunto que não se esgota nunca, a Educação, e é com imensa alegria que a gente vem discutir essa temática. Ela está sempre em pauta e, por incrível que pareça, sempre atrasada. Então, a gente precisa o tempo todo estar discutindo, se readequando a todo momento para que a gente possa implantar esse novo Ensino Médio, que já está no Conselho Estadual de Educação, já foi entregue e já tem comissão formada para fazer análise desse novo Ensino Médio.

Então, a gente está sempre correndo atrás, sempre seguindo, sempre tentando colocar em pauta essa temática. Então, para nós, hoje, estar aqui com tantas pessoas que trabalharam e têm avaliado, monitorado o Plano Estadual de Educação é uma alegria muito grande, porque é o momento que a gente para para falar aquilo que realmente é o foco para o desenvolvimento do nosso Estado, do nosso País.

Então, logo mais, eu vou fazer uma fala. Eu quero apenas cumprimentar a todos e dizer da alegria de estar compondo esse rol de pessoas para discutir uma temática tão importante, que é a Educação. Obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Conselheira Adir, pela fala, pela presença e já convido o nosso próximo inscrito aqui, o Sr. Jair Santiago Coelho, que é Coordenador de Educação do Sesi-Senai, IEL.

O SR. JAIR SANTIAGO COELHO - Bom dia a todos. Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, em nome do qual eu saúdo os demais integrantes da Mesa. Eu sou Engenheiro em Educação do Sesi-Senai, do Estado de Rondônia, que integra o Sistema "S". Nosso objetivo é sempre estar ligado à comunidade, ligado à sociedade, ligado às instituições, às indústrias para estarmos realmente atendendo e respondendo à realidade com educação. Sabemos que é um assunto desafiador, mas é inconcluso.

Eu vi aqui os dados relatados pela assessora Frossard. Ela falou em 20% e nós sabemos que isso é significativo, não é decepcionante, porque a Educação realmente é um desafio gigantesco, mas importante para estar na pauta de todos nós, independentemente de quais sejam as instituições. Isso é um assunto de crescente importância para sempre. O Senai atende a Educação profissional, e hoje está integrando - eu vi a diretora Adir falar aqui em relação ao novo Ensino Médio. Nós também, como representantes da sociedade, estamos nesta empreitada. Fizemos um piloto em 6 Estados. Hoje estamos com turmas rodando nesse novo projeto em 22 Estados do Brasil, incluindo aqui o Estado de Rondônia, sempre abertos a parcerias, a ouvir a sociedade. Essa é uma prática do Sesi. O Sesi atende a educação básica da primeira série até o último ano do ensino Médio. Hoje está integrado com o Senai para rodar o Ensino Médio, com itinerários inclusive de saída técnica. Isso é uma... **(ininteligível)** da instituição. Estamos sempre conversando com toda a sociedade, as instituições de nível superior, o Ifro, todos eles, porque o Senai e o Sesi são inclusivos. Sabemos que, juntos, poderemos estar nos fortalecendo para enfrentar esse desafio.

E, na prática, nós estamos tendo um grande sucesso com essa questão do novo ensino médio. Sabemos que é um desafio



gigantesco o percentual de jovens ainda fora do ensino é gigantesco no Brasil. Nós acompanhamos o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que é uma avaliação internacional dos estudantes, e vemos como realmente nossa posição ela vem se debatendo nos últimos anos, lá numa posição muito longínqua e incômoda para todos nós. Mas isso só nos mostra o quão desafiador é e o quanto precisamos estar atentos e atuantes agindo para mudar essa realidade. Muito obrigado a todos.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Jair. Muito bem se posicionou de forma breve, mas bem objetivo e mostrando uma realidade.

Convido já para fazer uso da fala também o nosso companheiro de Parlamento, Deputado Cirone. Com a palavra, Excelência.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Bom dia, Presidente, Deputado Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública. Quero parabenizá-lo por esta iniciativa, vendo que estamos saindo de um momento crítico do nosso Estado, do nosso País, dos municípios em relação à pandemia. A evasão escolar tem sido muito grande e nós precisamos discutir, achar uma maneira. Qual a maneira que vai se comportar o Estado com relação à Educação pós-pandemia. Vamos trabalhar no sistema híbrido? Vamos ser tudo presencial? Qual vai ser a atuação do Estado em relação a nossa educação?

Eu quero aqui cumprimentar também a Reitora da Universidade Federal, Dona Marcelle; Reitor Edslei, que está aqui presente conosco; Julian, que é do Ministério Público, tem participado aí do Gaepe (Gabinete de Articulação para

Enfrentamento da Pandemia na Educação) ativamente, discutindo ações aqui, fazendo proposituras ao Gaepe, à Secretaria de Estado, às Secretarias Municipais, detectando, assim, Deputado Alan, no Gaepe as falhas que tem desde o município, o Estado, a União, e cobrando dos gestores que se implemente essas ações para que a Educação continue desenvolvendo. Temos desde creches paradas em construção há 4, 5 anos, quanto ao atendimento de alunos com deficiência, seja deficiência física, visual ou algum transtorno. Então, o Gaepe tem feito - quero aqui cumprimentar em nome dele e em nome do Marcus, que está aqui representando o Tribunal de Contas, o nosso Conselheiro, Presidente Dr. Paulo Curi, que tem conduzido com muita firmeza, muita dignidade, que é onde estão os Secretários Municipais. A Secretaria de Educação sempre é convidada, nós até algumas vezes sentimos falta do Secretário estar presente, pelos temas que são debatidos ali com profissionais de notoriedade em nível nacional, que poderia muito bem ser implementadas ações aqui dentro do Estado de Rondônia.

Nós tivemos, no dia 15 passado, nessa audiência, uma propositura nossa, Deputado Alan, em relação à inclusão dentro das escolas. O que o Estado está fazendo? O que o Estado pretende fazer? Porque nós tivemos um caso aqui em Porto Velho de repercussão nacional e isso tem chamado a atenção. E eu, desde o início do nosso mandato, tenho chamado essa pauta, já fiz aqui Audiência Pública em relação à inclusão e esse tema não tem avançado.

Nós vemos uma falta de planejamento da Secretaria de Agricultura, desculpa, da Secretaria de Educação - fui Presidente da Comissão de Agricultura então está... Nós não vemos esse planejamento da Secretaria de Educação para as ações aqui dentro do Estado de Rondônia. Para citar aqui,

em 2019, chegou ao mês de setembro, foi feita uma apresentação aqui pelo Secretário e os componentes da Secretaria de Educação, no mês de setembro a Secretaria estava desesperada sem saber como gastaria o restante do recurso porque não houve um planejamento. Começou-se economizando, economizando, quando chegou lá viu o montante que tinha para gastar e aí, quando não se tem um planejamento como faz? Gasta de qualquer maneira.

Então, esta Casa vem pedindo à Secretaria a implementação da inclusão dentro das escolas, e nós não estamos falando somente de cuidador, porque o cuidador só é para trocar fraldas e fazer as necessidades essenciais das crianças. Nós precisamos de um mediador pedagógico que possa instruir essa criança, junto com os professores, para que ele possa ter uma evolução. Vi depoimentos, depois que entrei nessa causa, de mães desesperadas sem saber o que fazer com os filhos, não tem condições de promover ensinamentos a essa criança.

Então, o Estado precisa, sim, se organizar, precisa dar atenção a esse público, precisamos, sim, valorizar os nossos profissionais, os professores, a equipe de apoio. Porque senão, nós nunca vamos ter uma educação que mereça toda a atenção das nossas autoridades e tenha condições de levar, lá na ponta, o que realmente é proposto à educação, que é um ensino de qualidade, é um ensinamento que possa, sim, repercutir na vida das pessoas.

Então, quero aqui parabenizar o Deputado Alan, por promover esta Audiência e possamos Deputado, nesta Casa, acompanhar os trabalhos da Secretaria. Possamos estar aqui, junto com o Conselho, implementando ações que realmente deem resultados, não só nas escolas públicas como nas escolas privadas, porque a escola pública está muito além, muito mais avançada, mesmo com as suas deficiências, do que

a escola privada. Porque as escolas ainda restringem a entrada desses alunos. Então a gente precisa avançar nesses temas. E quero aqui parabenizar o senhor e todos os componentes que estão aqui para discutir um tema importante no nosso Estado que é a educação. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Excelência, pela sua participação, pela preocupação. De fato, Vossa Excelência tem sempre trazido esse debate aqui no Parlamento Estadual, haja vista que é um conhecedor, principalmente da realidade do interior do Estado de Rondônia, em especial do município de Cacoal.

Quero chamar para fazer uso da fala o Senhor Marcus Cézar, que é Secretário-Geral do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE. Com a palavra.

O SR. MARCUS CÉZARSANTOS PINTO FILHO - Primeiramente, bom dia. Queria cumprimentar todos os integrantes da Mesa em nome do Deputado Alan Queiroz e parabenizar pela propositura da Audiência Pública. Neste ato estou representando o Presidente do Tribunal, o Conselheiro Paulo Curi Neto, que em razão da Sessão Ordinária do Tribunal não pôde comparecer. Nós vamos apresentar também um painel, o auditor Igor Tadeu falará sobre as ações do Tribunal e todos os dados que estão baseando a ação do TCE, principalmente na parte relacionada à política educacional.

O Deputado Cirone levou ao Tribunal, também, a questão da educação especial que já vai ser inserida para o exercício de 2022, no Programa de Fiscalização - PAF, do TCE, para avaliação e diagnóstico.

Vou ser bem sintético, Deputado, e falar um pouco das ações do Tribunal. O Tribunal vem promovendo uma mudança cultural interna, saindo do fortalecimento dos processos de trabalho para que a gente possa colher frutos e uma melhoria da qualidade de vida da população. Então, o Tribunal elegeu a política pública educacional como foco para os próximos 8 anos e estabeleceu metas de resultado no seu planejamento estratégico. Nós estamos trabalhando basicamente em duas linhas: uma linha diagnóstica, realizada por auditorias operacionais e também avaliações diagnósticas, realizadas pelo corpo técnico da nossa Secretaria de Planejamento, com o apoio de especialistas.

E, por outro lado, a gente também está trabalhando, o Tribunal está trabalhando na cooperação com os entes municipais, prestando apoio especializado, principalmente na alfabetização e através de um programa piloto que nós iniciamos com o Município de Porto Velho e, agora, estamos levando para os demais municípios.

Então, o Tribunal, ele sai de uma atuação de conformidade, que tem como objetivo parametrizar as ações na parte normativa e também na parte operacional, finalizando com o diagnóstico. E agora vamos trabalhar com a cooperação, com o apoio, para que a gente possa, realmente, resolver os problemas da política pública e, nesse momento, o da política pública educacional, que é nossa meta estratégica.

Falando mais um pouco das atividades que o Tribunal está realizando hoje, o Tribunal vem realizando auditorias na busca ativa escolar, o monitoramento contínuo relacionado ao Plano Nacional de Educação, seu cumprimento pelos 52 municípios. Essa opinião de auditoria compõe as contas de governo gerando determinações aos prefeitos para que possam viabilizar o seu cumprimento. Também estamos

trabalhando com avaliações diagnósticas, as redes, agora no exercício de 2021, liderada pela nossa Secretaria de Planejamento com o apoio dos especialistas.

Deputado, de forma bem sintética, a mensagem que eu trago do Presidente Paulo Curi Neto é que ele apoia as ações relacionadas ao debate do Plano Nacional de Educação. O Tribunal se coloca como órgão parceiro para que a gente possa, realmente, mudar a situação da política pública educacional no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Nós que agradecemos, Marcus. O Tribunal de Contas sempre presente conosco, aqui no Parlamento Estadual, debatendo os temas importantes para o Estado de Rondônia. Em nome do Massud, particular amigo, que também representa aqui o Tribunal de Contas, cumprimentar a todos os membros e também os funcionários do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Convido para fazer uso da palavra, o Promotor de Justiça que hoje está incumbido também nessa missão difícil que é debater, acompanhar as ações da Educação junto ao Ministério Público do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar em nome dele todos os Procuradores de Justiça dessa instituição séria que também tem tido um alinhamento muito importante com esta Casa em vários temas importantes principalmente com relação a questão de servidores do Estado, a Previdência e assim por diante, sempre participando conosco de forma muito próxima.

Já convido para fazer uso da fala, o Promotor de Justiça, Senhor Julian Farago.

O SR. JULIAN IMTHON FARAGO - Bom dia a todos. Bom dia a todas. Deputado Alan Queiroz, autoridade por meio da qual cumprimento todas as autoridades presentes, todos os demais participantes do presente evento. Estender, por necessário, os cumprimentos aos Deputados Cirone Deiró e Adelino Follador, que são participantes ativos nas nossas reuniões do Gaepe, junto com o TCE e os outros órgãos de Controle.

Eu, habitualmente, como Promotor que hoje está respondendo pela pasta de Educação, vi que foi público e notório uma situação nacional, que no início da pandemia, nós tínhamos dois focos muito claros, dois focos em absoluto destaque, que eram as questões afetas à saúde e as questões afetas à economia, não é? A educação, assim como as outras áreas acabaram ficando num patamar de menor destaque em determinado momento da pandemia, no auge da pandemia. Conforme nós fomos vencendo as questões sanitárias, a educação foi voltando para o lugar de onde nunca deveria ter saído, que é um local de destaque, não é? Hoje, talvez as duas áreas em que mais se busque aperfeiçoamento e discussão, sejam a economia - que nunca deixou de estar em destaque - e a educação. A saúde ainda é uma questão importante, relevante, (não vencemos a pandemia, tanto é que estamos todos de máscara, álcool-gel, os demais protocolos necessários), mas hoje eu reputo que a educação merece, se não estar no mesmo patamar, um pouquinho acima, porque ficou muito negligenciada - necessariamente negligenciada -, durante esse período da pandemia. E agora nós precisamos discutir a educação.

Foi apresentado na palestra que nós assistimos, que as metas, infelizmente, já não vinham sendo alcançadas e, durante a pandemia, por uma questão óbvia, foram quase que abandonadas, por uma questão de necessidade. Nesse aspecto, eu tenho por necessário destacar as ações do Gaepe, esse

Gabinete Articulado, composto por autoridades e por instituições de controle. As ações do Gaepe têm mostrado que essa é a melhor forma de atuarmos, de maneira articulada, fazendo com que as instituições conversem. E nesse aspecto eu, felizmente, tenho visto de maneira positiva que, ainda que reconhecida, pública, notória, é um problema local, nacional, mundial, nós não estamos com uma educação no nível que gostaríamos, estamos muito longe disso. Mas no Gaepe eu tenho observado que as instituições que estão lá estão fazendo o que é possível para, se não colocar a educação num patamar ideal, pelo menos naquilo que é possível. A presença dos deputados é muito importante, reforça as ações do Gaepe.

Tivemos excelentes resultados com a condução do Presidente Paulo Curi. Peço para que o Marcus e o Massud transmitam os meus cumprimentos ao Presidente Paulo Curi. E aos professores, também, que neste momento de retomada mostraram-se ser absolutamente importantes, colaboradores. Em determinados momentos, nós tivemos divergências de entendimento, mas uma coisa sempre me ficou muito clara, que todos queríamos a mesma coisa, que era o retorno seguro com qualidade, não é? Então, tanto pais quanto professores foram peças-chave para esse retorno, mostraram-se absolutos colaboradores, não só com o processo de retomada, mas também com o processo de fiscalização dessa retomada, auxiliando sobremaneira as ações do Ministério Público.

O Deputado Cirone Deiró apontou uma questão afeta à educação inclusiva. Eu preciso destacar que também foi dita na nossa última reunião do Gaepe, Deputado, foi apresentada outra palestra, que nos mostrou que boa parte dos problemas da educação exclusiva não estão nas questões educacionais, mas estão na questão à saúde. Foi feito um diagnóstico que 90% dos alunos que precisam da educação inclusiva,



identificados como "merecedores" de um processo diferenciado de aprendizagem, o problema deles está antes, está na Saúde, essas crianças não conseguem um laudo, porque o professor consegue identificar que aquela criança precisa de um atendimento especializado, mas ela não consegue receber dos órgãos de Saúde um laudo para saber qual é o problema, qual é o diagnóstico e o grau. Por exemplo, autismo, por exemplo, tem vários graus. Quem vai dizer isso é o médico, não é o professor.

Então, esse encaminhamento, esse fluxo entre Saúde, Assistência Social e Educação, o Ministério Público instaurou um procedimento, justamente, provocado pelo Gaepe, provocado por uma palestra que o Deputado Cirone Deiró trouxe para o Gaepe. Então, a partir dessa provocação, nós, se nós temos um problema na Saúde antes da Educação, vamos colocar esses órgãos para falar entre si, porque tal qual o Gaepe nos mostrou que a articulação entre as instituições de controle é o melhor caminho para obtermos bons resultados, por que não providenciar isso dentro dos próprios órgãos do Executivo, Ministério Público, Assembleia?

Então, discutir Educação nunca foi tão necessário. Buscarmos um ponto comum, hoje, é vital. E Audiências como essas são absolutamente relevantes para que a gente consiga, se não levar a Educação para um patamar ideal, que eu acho pouco provável, mas pelo menos naquele patamar que garanta de maneira minimamente digna aos nossos clientes, que são as crianças, que são os nossos administradores do futuro. Nós precisamos melhorar essas questões, todas as questões afetas à Educação.

Novamente, bom dia a todos. Parabéns pelo evento. E obrigado pela oportunidade.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Dr. Julian.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Claro. Com a palavra, o Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Parabenizar o Dr. Julian pela fala. Entendendo, Dr. Julian, essa questão que eu vejo que a pessoa com deficiência tenha essa dificuldade de interlocução, porque nós precisamos, realmente, desse tripé que o senhor falou: a questão da Saúde, da Assistência Social e da Educação. Eu fiz uma propositura ao Governo do Estado. No Estado de São Paulo nós temos uma Secretaria que recebe essas pessoas, essas demandas, e essa Secretaria que faz a interlocução com as demais Secretarias, seja Educação, Saúde ou Assistência Social. Como nosso Estado é um Estado menor, eu sugeri ao Governo a criação da Superintendência para atender essas pessoas com deficiência. E essa Superintendência teria essa missão de fazer esse tripé, que o senhor falou muito bem. Precisa do diagnóstico, precisa do tratamento da Saúde e precisa da Assistência Social, porque muitas pessoas vivem em uma situação de vulnerabilidade e não têm condições de dar essa atenção à criança. Então, nós fizemos essa propositura ao Governo do Estado da criação da Superintendência que possa encabeçar, vamos dizer assim, essas situações. Obrigado pela oportunidade, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone. Quero aqui também, nessa fala do Dr. Julian, dizer, Dr. Julian, que a gente teve um debate importante quando se trata da questão da saúde na escola. Existe um programa, salvo engano, é PSE, Programa de Saúde na Escola, e a gente teve a apresentação de alguns profissionais da Educação no Estado e poucos municípios estão, realmente, aderiram a esse programa. Salvo engano, quatro ou cinco municípios dos nossos 52 municípios. Então, é algo preocupante, porque a gente percebe que se você consegue o diagnóstico, até mesmo daqueles pacientes ou alunos que ainda não têm a identificação daquela deficiência, seja do autismo, seja deficiência visual, auditiva, nutricional, ..., tudo isso está ligado ao bom aprendizado, ao resultado final, ao rendimento do aluno. A gente, hoje, perde essa possibilidade de ter esse acompanhamento também de saúde junto aos nossos alunos. Então, a gente está levando essa demanda junto ao Estado para que a gente possa intensificar, apresentar aos municípios essa proposta, esse projeto de relevante importância.

Então, quero, aqui, mais uma vez justificando a ausência do nosso Presidente da Comissão de Educação, Deputado Adelino Follador, que esteve participando, inclusive, dessa última Comissão de Educação e Saúde, estavam integradas as duas Comissões, não pôde estar presente aqui, mas pede que fosse justificada a sua não presença na nossa Audiência Pública.

Convido para fazer o uso da palavra, agora, o Excelentíssimo Senhor Pró-Reitor Dr. Edslei Rodrigues de Almeida, que está aqui representando o Instituto Federal de Rondônia (Ifro), com a palavra.

O SR. EDSLEI RODRIGUES DE ALMEIDA - Muito obrigado. Bom dia com votos de que todos vocês estejam bem. Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, muito grato, parabéns pela proposição desta Audiência Pública. Em seu nome, eu aproveito, com a sua permissão, eu cumprimento todos os membros desta Mesa. Em nome da minha colega - posso falar assim, perdão - Reitora da Universidade Federal de Rondônia, estendendo os cumprimentos a todos os demais que aqui se encontram. Em nome da minha colega Adir, cumprimentar todos aqueles que nos acompanham na transmissão desta Audiência. Gostaria de agradecer ao convite em nome do Reitor do Instituto Federal de Rondônia, professor Uberlando, que por uma questão de agenda não pôde estar aqui conosco.

Parabenizar o trabalho do Fórum Estadual de Educação por meio da minha colega professora Walterlina Brasil. Trabalho incansável que é coordenar um Fórum, dar as devolutivas que serão apresentadas aqui hoje também. Já estive lá sentado como membro representando o Ifro e hoje, devido à cadeira que ocupo, o tempo, nós temos lá excelentes profissionais representando a instituição, dando essa contribuição.

Audiência Pública é um momento singular de suma importância para discutirmos a Educação, como bem frisou a Adir, estamos sempre discutindo e parece que a pauta está sempre atrasada, concordo plenamente, e aí não pode ser uma pauta só em decorrência da pandemia, ou dos problemas agravados por ela ou de uma pauta no pós-pandemia. Deve ser uma pauta constante e, tenho certeza, que está sempre presente, principalmente nesta Casa acompanhando, não é Deputado Cirone, as proposições que são colocadas, analisadas e aprovadas e transformadas em políticas públicas, que é o importante.

O Plano Estadual de Educação, que, quando nós analisamos, principalmente na sua meta 15, nós não temos dúvida da contribuição que a rede federal, e aqui no Estado de Rondônia, o Instituto Federal de Rondônia (Ifro) pode dar a sua contribuição. Não só como ofertas de cursos, assim também como a Universidade Federal, quando a gente vai analisar lá a meta 15, a gente vê que alguns indicadores nós não conseguimos atingir, principalmente no que tange à formação tanto daqueles que estão atuando nas séries iniciais, quanto àqueles que estão atuando no Fundamental II, e também em algumas áreas do Ensino Médio, ou seja, perpassando toda a Educação Básica. Mas também, com exemplos, a gente percebeu na apresentação da Marcelle Frossard, preocupante, quando nós observamos 20 metas e percebemos que atingimos um pouco mais que 15% delas, principalmente em metas quando nós percebemos a educação inclusiva. Então, no próprio Ifro, eu acompanhava a fala do Dr. Julian, nós estamos de acordo, mas também temos exemplos na rede, no próprio Ifro nós temos exemplo do que nós podemos fazer, em uma contribuição singela, é claro, não se esgota, não se exaure a pauta, mas na educação inclusiva, principalmente na pandemia. Falo isso porque o Ifro não parou em nenhum minuto durante a pandemia. A partir de dia 16 de março de 2020 quando se publicou os decretos, no caso, os nossos normativos internos, nós começamos o ensino remoto e foi preciso reaprender, foi preciso fazer normativos para o momento da pandemia. E qual a nossa surpresa? Que esses normativos que se converteram em editais de programas de auxílios eles continuarão. Então, transformamos o nosso edital – que nós chamávamos de edital de ensino –, em edital de medição da educação inclusiva para atender aqueles alunos que são contemplados em nossos núcleos de atendimento à pessoa com deficiência.

Então, além do núcleo, além daquelas pessoas que estão lá, a contratação, Deputado Cirone, que você mencionou, dos profissionais para atender é importantíssimo. Então, não tem como um professor ficar dentro da sala com um aluno deficiente auditivo, deficiente visual, se ele não tiver um suporte de um tradutor de um intérprete de libras para um deficiente auditivo. Eu falo isso com conhecimento de causa. Já fui professor com um aluno deficiente auditivo, um deficiente visual e um privado de mobilidade, ainda vítima de uma lesão cerebral, dentro da mesma sala sem apoio nenhum e isso não pode acontecer mais. Isso eu estou falando de 20 anos. Então, isso não pode acontecer e daí a importância que se materializa com a realização desse evento.

Então, no mais, é nos colocarmos, continuarmos à disposição, como sempre temos feito ao longo desses 12 anos, para a contribuição do Instituto Federal de Rondônia para a educação do Estado como um todo. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado, Professor Dr. Edslei Rodrigues de Almeida, pela contribuição também com a fala em nossa Audiência Pública.

Já convido também, agora, para fazer uso da palavra a Magnífica Reitora Dr. Marcele Regina, que hoje está aqui representando a Universidade Federal de Rondônia - Unir. Tive a oportunidade de conhecê-la em Brasília, no gabinete da Deputada Federal Mariana Carvalho, buscando, apresentando alguns relatórios da gestão, mas também buscando parcerias, buscando apoio para a nossa Universidade Federal de Rondônia - Unir.

Então, parabéns pelo trabalho. Desejo sucesso à frente dessa missão difícil, mas a gente percebe a sua competência

e tenho a certeza que irá fazer um grande trabalho. Obrigado pela presença e já conduzo a senhora à fala.

A SRA. MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA - Muito obrigada, Deputado Alan Queiroz. Bom dia para todas, para todos que nos acompanham hoje nesta Sessão presencialmente e também pelo meio virtual. Eu quero, na figura, na pessoa do Deputado Alan Queiroz cumprimentar a todas as autoridades aqui presentes e indicar a minha alegria e satisfação de fazer parte desta Mesa, neste momento, com tantas representações importantes que podem nos ajudar no desenvolvimento desta pauta, que é estratégica para o nosso Estado, que é estratégica para o nosso País, que é a Educação.

Quero também, neste momento, aproveitar, na pessoa da Professora Walterlina Brasil, saudar a todos os docentes que hoje estão nesta sala e nos acompanham também por meio virtual. Dizer que é uma alegria imensa ter uma docente da Universidade Federal de Rondônia à frente da condução deste trabalho. Nós sabemos bem quais são os desafios da nossa instituição que, neste momento, é a única Universidade Federal do Estado de Rondônia. Sabemos os desafios. A Professora Walterlina também é diretora do Núcleo de Ciências Humanas, um dos nossos maiores núcleos - não é, Walterlina? - da Universidade formando aí o nosso grande alcance das licenciaturas. E eu quero saudar, então, neste momento, a Professora Walterlina por este trabalho. E quero também saudar a Adir de Oliveira, representando aqui o Conselho Estadual de Educação. Todo o trabalho também que é desenvolvido neste momento para a garantia de que essas metas estipuladas sejam cumpridas.

Saudar, Deputado Alan, a importância desse momento e a sua atitude de convocar esta Audiência Pública e convocar e convidar também as autoridades aqui presentes, representantes do controle externo, Tribunal de Contas, o Senhor Marcus Cézar; o Dr. Julian Farago, também Promotor de Justiça, exatamente porque isso faz com que as nossas pautas sejam, de alguma forma, melhor compreendidas em todos os seus desafios, em todas as suas sutilezas e peculiaridades. Quero aproveitar também este momento e saudar a presença do Paulo Haddad, Presidente da nossa querida Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Rondônia. Mostra também um compromisso com o fortalecimento dessa pauta em diálogo com a ciência, em diálogo com a tecnologia, em diálogo com a educação e, obviamente, com a inovação, aspectos extremamente importantes quando se fala em alcançar metas do nosso Plano Estadual de Educação.

Eu quero reforçar neste momento o compromisso da Universidade Federal de Rondônia em seguir atuando e ajudando, não só com os seus docentes incluídos aí nesta pauta de construção das metas, mas também na execução. O auxílio na execução e o alcance dessas metas tão estratégicas para o nosso Estado. Creio que estamos em um momento de fundamental importância, não só porque estamos em um momento de retomada após a pandemia que assolou todo o País, levando e elevando ainda mais os compromissos e as responsabilidades da Educação que ficou durante tanto tempo prejudicada em diversos aspectos.

Somado ao que já foi dito nesse pleno com relação a essas dificuldades da questão da educação pós-pandemia, é fundamental reforçar o compromisso dos entes públicos com a garantia dessas metas e do alcance dessas metas. O compromisso do nosso Governador do Estado, o compromisso do nosso Secretário de Educação, o compromisso de todos os



prefeitos, de todas as suas secretarias de educação, o compromisso da universidade, o compromisso do nosso irmão Ifro-Instituto Federal de Rondônia, aqui representado.

Reforçar a necessidade, não só dessa avaliação de escuta que estamos aqui nos prestando hoje, neste momento, mas também criar ações estratégicas e coordenadas para que nós possamos alcançar essas metas. A universidade sabe o papel disso com relação à formação dos docentes. Nós temos metas a alcançar, nós temos que ampliar em 25% o alcance à pós-graduação, em 50% os mestrados, os doutorados, porque isso fortalece, obviamente, a atuação desse corpo de profissionais da educação que hoje lidam diariamente com enormes desafios. Acredito que aliado à sua atuação profissional incansável, aliás, deixo aqui também mais uma vez, não é demais deixar registrado o nosso agradecimento a todos esses profissionais da educação que incansavelmente se desdoblaram durante os últimos períodos de tanta tensão e tanto desespero para que nós pudéssemos nos manter vivos e também manter as nossas crianças, os nossos jovens com o mínimo possível de acesso à educação diante de tantas dificuldades. Isso não se pode deixar relegado. Nós precisamos compreender que esse Plano também precisa ser revisto a partir desses desafios, fortalecendo dessa forma, a atuação desses profissionais.

Então, reforço aqui ao papel dessa universidade. Coloco à disposição o nosso corpo docente de mais de 1.200 profissionais graduados, mestres e doutores, no sentido de fortalecer o Plano, o alcance de suas metas e também garantir que esta instituição, que a nossa universidade esteja sempre atenta e em parceria com esta Assembleia Legislativa e todos os parlamentares, buscando sim, o cumprimento dessas metas. Esse é o nosso dever, nossa missão, estamos juntos aqui para reforçar esse compromisso.

Quero mais uma vez agradecer a todos aqueles que contribuíram com o desenvolvimento desse Plano, reforçando também o papel das assembleias populares em vários dos nossos municípios ao longo de todos esses meses. Muito obrigada pela atenção de vocês, estamos aqui para ouvir, para contribuir naquilo que for possível e necessário. Mais uma vez, parabéns Deputado Alan por esta iniciativa. Muito obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Reitora, Dra. Marcele, pela participação, pela fala, pela contribuição e também pela lembrança da importância dos nossos professores, que tiveram que se reinventar em um momento tão complicado e difícil, de pegar a gente de surpresa, sem muitas vezes saber o que seria no dia de amanhã, o que fazer no dia de amanhã. Então, a gente tem que valorizar esses profissionais que já dedicam, que são especializados por dedicarem, praticamente o seu tempo integral para cuidar dos nossos filhos, dos nossos alunos. Então, a gente quer dizer da nossa gratidão e relembrar, realmente, da importância dessa figura importante nesse contexto hoje em debate aqui nesta Casa.

Quero dizer também que vejo com muita alegria, hoje, os Estados Unidos estarem já vacinando as nossas crianças na faixa etária de 5 anos. Para a gente é uma luz que está surgindo para que a gente possa voltar a ter a nossa normalidade com os nossos alunos. Acredito que com isso, após essa vacinação - eu sou da ala que defende a vacinação, sou da área da saúde e defendo permanentemente a ciência - e eu sei que é um caminho muito interessante que está surgindo. E o Brasil já estuda a possibilidade, também, da liberação junto a Anvisa (Agência Nacional de

Vigilância Sanitária) para que a gente possa vacinar as nossas crianças.

Eu, com certeza, estarei levando os meus filhos para fazerem a vacinação e poder ter um pouco mais de tranquilidade com o retorno às aulas, que a gente sabe que a pandemia ainda está aí, o vírus está circulante.

Eu quero, já que na nossa Mesa foram todos contemplados com a fala, mas temos algumas pessoas que são importantes para este debate que eu quero também dar a oportunidade da fala. Cumprimentar o Raimundo, já passo a palavra para ti Raimundo. Raimundo Nonato, que já, não sei qual a entidade que ele está representando hoje, peço até que ele se identifique, mas o Raimundo já representou o Conselho Estadual de Educação, o Conselho de Saúde, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e assim por diante, é uma pessoa que eu conheço já há bastante tempo, um defensor sempre da nossa sociedade rondoniense.

Com a palavra, Raimundo.

O SR. RAIMUNDO NONATO - Deputado, eu queria saudar o senhor e saudar a Mesa, em nome do senhor. Saudar todos os especialistas que estão aqui presentes. Eu represento a Central Única dos Trabalhadores, sou Secretário-Geral da CUT.

Eu ouvi atentamente a fala do nosso Promotor da Promotoria de Educação, inclusive eu tive reunião com ele - não sei se lembra, no Tribunal de Contas -, com a presença do Dr. Paulo Curi, quando eu pedi vista do Plano de retorno às aulas presencial no município de Porto Velho.

Eu quero discordar um pouco da fala que foi colocada aqui, e, Deputado Alan Queiroz, eu acho que as políticas

públicas são importantes. Todas elas. Mas eu acho que a gente precisa priorizar as políticas do tripé. Os governos precisam analisar aí, se precisa ter responsabilidade com isso. Por exemplo, quando você coloca a economia como a primeira, ninguém trabalha doente, ninguém produz nada, doente. Ou seja, a saúde pública vem para o terceiro item e deveria ser o primeiro, porque ninguém trabalha doente, ninguém vai para a aula doente, ninguém produz doente. Quantos empresários neste País, não morreram? Por não respeitar a ciência, por não respeitar o distanciamento ou manter o seu ambiente funcionando normalmente, por não usar a máscara, não usar o álcool em gel, não respeitar a ciência em si. Quantos não morreram? Então a gente precisa mudar esse foco. A educação é importante? Muito importante, porque sem o saber você não tem como chegar à ciência e nem tem noção de analisar as questões.

Então, a gente precisa que os governantes, e aí, não precisa ser mestre para entender que há no nosso País, o desmonte do serviço público. Ninguém tocou aqui, eu vou tocar na ferida. "Ah, mas porque está com a... Ele é o vermelhinho, ele é do contra.". Não é. Você tem uma PEC 32 que está lá no Congresso Nacional, que não foi aprovada ainda porque o governo não tem maioria dentro da Câmara dos Deputados; porque existe um movimento na rua, das três esferas de governo, contra ela. Porque ela destrói o serviço público. Ela não destrói só a estabilidade do serviço público, não, ela destrói todo o serviço público; inclusive a educação, saúde, segurança pública. Tudo. Porque a gente tem um governo que veio para destruir o serviço público. Nós temos um governo que não tem moral nem sequer de ir numa conferência climática, que uma jovem indígena, foi lá e deu o recado para o mundo, em nome do nosso País. Então a gente precisa estar muito atento. O Ministério Público, também, foi vítima disso; porque se

aquela PEC que estava lá tivesse sido aprovada, o Ministério Público também estaria sem poder fazer suas ações, sem ter sua autonomia de atuar.

Então, a gente precisa, Deputado, e esta Casa tem poder, precisa... As nossas escolas, nos nossos Estados – me desculpem a expressão –, parecem um presídio. Se preocuparam em aumentar o muro da escola em vez de se preocupar com a educação dos alunos. Então, a gente precisa fazer esse debate muito aprofundado, muito técnico, do ponto de vista de valorizar, inclusive, a Educação. As condições de trabalho.

Quando a gente falou que era contra o retorno às aulas presenciais, Promotor, porque tinha escola... Tinha não; tem escola que não está preparada para receber os alunos e nem a equipe escolar. Será que a vigilância em saúde e a vigilância sanitária está fazendo o seu papel de fiscalizar, para saber se os protocolos sanitários estão sendo cumpridos dentro de sua essência? Porque o parecer que eu devolvi à Secretaria de Educação do Município e à Semusa (Secretaria Municipal de Saúde), que nós aprovamos no Conselho Municipal de Saúde, deixei bem claro de quem é a competência de fiscalizar e acompanhar se os protocolos sanitários estão sendo cumpridos para poder retornar às aulas. Por exemplo, as vacinas, os professores, tinha a vacina, era 90 dias, Deputado. Não sei de onde tiraram a ideia, eu questionei isso no dia da reunião, lá com o Doutor Paulo Curi, porque era um prazo de 90 dias da primeira dose, para a segunda dose. “Não. É 45 dias.”. Cadê o laudo do fabricante que fabricou a vacina que diz que é de 45 dias? “Não, está na bula, escrito.”. Mas o fabricante atestou isso? Então, essas coisas, a gente precisa tomar cuidado com elas. Não é a vontade política do governante que a gente tem de manter, não. É a gente salvar vidas. É a

gente ter a responsabilidade de que as pessoas têm que retornar ao seu trabalho com segurança. Porque se uma criança... Por exemplo, em Ariquemes, Ariquemes é testemunha disso. Uma criança pegou o vírus lá na creche, criança pegou vírus lá nas escolas, entendeu? Aí alguém vai dizer: "não, mas é culpa do município que não cuidou dos procedimentos adequados que deveria cuidar.". "É não! É que teve pressão para poder retornar às aulas presenciais.". Porque lá estava funcionando remotamente.

Eu tenho três netos. Um já se vacinou porque tem 12 anos. Os outros dois ainda não. Mas não vão retornar às aulas presenciais porque o governo quer, não. Ele vai retornar quando a escola realmente tiver segurança para ele retornar. E eu tive Covid. Eu já tomei minha terceira dose de vacina, mas eu estou com a máscara aqui. Eu estou usando o gel. Então, pela representante nacional que apresentou aqui (os slides) vocês viram as metas, as metas do Plano Nacional de Educação que não foram cumpridas. E aí, Diretora da Unir, a senhora foi feliz quando falou: "Tem que cobrar dos nossos governantes o cumprimento das metas. Porque essas metas não foram cumpridas.". Qual é o motivo de elas não terem sido cumpridas? O Deputado (Cirone Deiró) levantou ali: "Ah, mas o Governador fez economia, não conseguiu gastar o dinheiro. Ah, mas agora tem de gastar de qualquer jeito.". Cadê o planejamento das ações? Por que não planejam essas ações, Deputado? O senhor sabe e eu também sei. Porque na hora em que eles planejam as ações e que não são executadas, a gente vai querer saber deles porque não executou aquela ação, se tinha o dinheiro para executar. E se não tiver planejamento, você não tem como cobrar, nem vir justificar para esta Casa aqui porque não cumpriram a meta.

Então, fica aqui o meu recado, em nome da Central Única dos Trabalhadores. Precisa unir nossas forças e precisa fazer com que as coisas sejam cumpridas neste País. Agora, com o governo que tem, que teve até ministro com currículo falso, mentiu dizendo que era formado, doutorado, o escambau, depois descobriu que não era, tiveram que substituí-lo. Eu já estou finalizando aqui. Então, a gente não consegue melhorar a Educação com esse governo que aí está, não. A não ser que o povo vá para as ruas, como estão hoje fazendo lá em Brasília contra a PEC 32, que é a PEC da morte e da destruição. Tenho dito. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Raimundo. Eu vou pedir que a gente possa, talvez, já a partir da próxima fala, tentar... Não gosto de estipular tempo, porque não foi estipulado para quem iniciou, mas para que a gente possa ser objetivo, porque além dos inscritos, que tem pessoas ainda para se posicionar, a gente ainda tem uma palestra que vai ser apresentada. E, de repente, muita gente ainda tem outros compromissos. Eu tenho certeza que a gente tem que ser um pouco mais objetivo, está certo? O Dr. Paulo chegou. Maravilha.

Eu quero agradecer aqui, já chamá-lo para compor conosco a Mesa dos trabalhos, o Dr. Paulo Curi. Doutor Paulo Curi, que é Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, tem feito um excelente trabalho à frente do TCE e tem sido, realmente, parceiro desta Casa, presença constante aqui nos debates de projetos importantes. Doutor Paulo, nos sentimos honrados com vossa presença. Peço que componha conosco a Mesa.

Eu vou pedir para a próxima inscrita aqui, que é a Senhora Dioneida Castoldi, que é Secretária-Geral,

representando neste ato, também, o Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia), mas ela é Secretária-Geral do Sintero, e Vossa Senhoria já está franqueada a palavra. Se quiser usar tanto o microfone abaixo, ou quiser usar a tribuna, sintá-se à vontade.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Ok. Então tá, deputado, obrigada. E eu vou usar a tribuna. Só um minutinho.

Obrigada. E eu pedi a licença para utilizar a tribuna, porque nós gostamos de falar e olhar para as pessoas. E aí eles, teríamos que nos virar e nos colocar, e daqui a gente conversa, e conversa com muito mais facilidade. Em nome da nossa querida Dra. Reitora Professora da Universidade, Marcelle, companheira nossa, saúdo todos, todas, e é muito bom estar aqui juntamente com a Mesa, com essas autoridades para discutirmos Educação.

Discutir Educação, Senhor Deputado, não pode ser numa manhã. Discutir Educação exige compromisso, paciência e muito empenho, porque nós estamos aqui discutindo a única chance que o Brasil tem de se tornar uma potência que nós sonhamos tanto. E nós estamos aqui como representantes do Sintero, representantes dos trabalhadores em Educação de Rondônia para pautarmos o Plano Estadual de Educação, que foi construído com a nossa participação, que foi construído há quase 10 anos para que nós não tivéssemos que sentar aqui hoje e começar tudo novamente.

Discutir o Plano Estadual de Educação é colocar em pauta duas questões. A primeira delas: universalização da Educação, acesso à educação de qualidade, olhar para o nosso Estado, com toda diversidade, com toda riqueza, com todos os problemas, com tudo, com toda pluralidade que nós temos, e dar acesso de qualidade a essas pessoas, olhando



para cada um, olhando para cada situação, para cada etnia, para cada gênero, para cada situação com olhar diferenciado. Esse é o nosso desejo.

E o segundo ponto, que sem ele nós não iremos a lugar nenhum, é investimento. Sem investimento em Educação, nós nunca teremos isso. Nunca teremos acesso a isso. E nós, quando construímos o Plano Estadual de Educação, construímos pensando em tudo isso.

E quero pautar aqui seis metas: meta 15, meta 16, meta 17, meta 18, meta 19 e meta 20. Que nós vimos pela apresentação, no início, que estão muito aquém, que estão lá com menos de 6%, foi isso que foi colocado de plenitude, de colocação, de alcance. Por isso que nós estamos com a Educação no patamar que está. Qual é o patamar que nós estamos? Exclusão, desvalorização, desinteresse, sem acesso. Várias pessoas aqui já falaram, por exemplo, "a pandemia", "nós temos o momento pandemia". Nós temos um Plano de Educação desde 2014. Se ele tivesse sido implantado e implementado verdadeiramente, a pandemia não sofreria todas as consequências, porque é uma política pública implantada para que andássemos, para que construíssemos aos poucos. Mas vimos que tudo ficou para trás, ficou parado.

Nós estamos aqui sentados, hoje, para discutirmos a Lei 3.565 do Estado de Rondônia. O que o Governo fez com isso? O que de verdade Rondônia implantou? Se nós pegarmos a meta 15, que é meta da formação, e olharmos para o que o governo fez, nós temos um único convênio assinado até hoje para 68 professores terem acesso a mestrado, pela Secretaria de Educação. Isso é investimento em educação em 10 anos?

Se nós pegarmos a meta 17 que trata da valorização profissional, nós tivemos, nós como Sintero, tivemos que encampar uma greve de 45 dias no ano de 2018 para que o Piso Nacional de salário fosse para o vencimento. Isso se chama Plano de Governo?

Sentar aqui, hoje, discutir o Plano Estadual de Educação é olhar para os profissionais que estão lá na ponta. É olhar para uma sociedade que não tem acesso a uma educação de qualidade. Se nós tivéssemos acesso à educação de qualidade, companheiro Raimundo, a ciência não teria sofrido tanto para chegar onde nós chegamos que é vencer uma pandemia e quebrar as barreiras. A pandemia mostrou a desigualdade, colocou a desigualdade que nós vivemos, escancarada. Nossos profissionais não se reinventaram na pandemia. Eles investiram em educação. Eles investiram no trabalho. Qual foi o papel que o Governo do Estado fez em relação aos profissionais que ficaram na escola? Quando nós falamos de profissionais de Educação, de trabalhadores da Educação, estamos falando de professores que tiveram que investir para levar a sua sala de aula para dentro da sua casa e dos demais profissionais que ficaram na escola para que a escola não parasse, para que o aluno tivesse acesso. Qual foi o investimento? Nenhum.

Então, sentar aqui, hoje, analisar um Plano de Educação não é recomeçar. É, realmente, construir políticas públicas, verdadeiras. E quando nós trabalhamos o Plano de Educação, nós sonhamos com isso. E sonhamos de verdade, tanto que fizemos conferências, fizemos tudo o que tinha que ser feito para que nós tivéssemos esse Plano de Educação. Não estamos vivendo essa realidade. Pelo contrário, estamos vivendo um desmonte. Eu cito a PEC 013 que foi aprovada há poucos dias. Flexibilizou, querendo se flexibilizar o Piso Nacional do salário. Os gestores que

não investirem em Educação – o que nós lutamos e conseguimos através do Fundeb – não serão penalizados. É esse o momento que nós vivemos: total desmonte das políticas públicas voltadas para a Educação.

Então, nós temos muita coisa a falar, muita coisa a dizer, mas nós chamamos para uma discussão. Por isso, nós nos retiramos como representantes dos trabalhadores de Educação em nível de País, nos retiramos dos Fóruns. Porque não sentaremos em uma mesa para fazer de conta “tal meta não foi cumprida, tal meta...”. Não. Nós queremos discutir e implantar uma educação de qualidade, com equidade, com “E” maiúsculo para que o nosso País se transforme.

Para isso acontecer, nós construímos e colocamos em prática os Fóruns Populares da Educação. Já cumprimos todas as metas municipais e estamos agora já na Conferência Estadual e no ano que vem na Conferência Nacional, onde a Educação é discutida por quem faz parte dela, realmente, e quer a diferença. E toda a vez que formos chamados para discutir Educação de qualidade, estaremos aqui. Estaremos aqui, porque temos muito a dizer. Temos capital e temos *know-how* nessa... **(falha no áudio)**

Então, Deputado, registro aqui a nossa tristeza de não ver o Secretário de Educação nesta Mesa. De não vermos 24 deputados sentados aqui. Se educação não for tratada com a qualidade e com o respeito que ela merece, continuaremos discutindo e não chegaremos a lugar nenhum.

Temos profissionais competentes na base. Temos recursos que é só vontade de investir para fazer a transformação dessa sociedade. Por isso, é necessário que todos que estão sentados aqui conosco, todos os que estão nos ouvindo e toda a sociedade, sente, discuta, escute e

coloque em prática o único caminho que temos para fazer do Brasil a grande nação: Educação. Muito obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Dioneida. Quero também, da mesma forma, registrar com muita insatisfação a não-presença do nosso Secretário de Estado de Educação, Suamy. Um tema importante. Acho que foi, no mínimo, uma indelicadeza muito grande não só com esta Casa, mas com todos que se dispuseram a estar aqui nesta manhã, que, na verdade, Dioneida, não vai ser só nesta manhã, se estende à tarde com a mostra aqui do Fórum, o debate continua. Mas a Audiência Pública ficou para o período da manhã. Mas também aqueles que estão aqui convidados para a Audiência Pública, se quiserem permanecer na parte da tarde, estão todos convidados. Será o dia inteiro de debate aqui no Parlamento estadual. Mas registramos também a nossa insatisfação com a não-presença do Secretário Estadual de Educação.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Deputado, com licença. Interrompendo sempre.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Dioneida, preciso que seja bem breve. A senhora foi um pouco extensa. Por gentileza.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Não, só assim: eu convido os senhores todos a participarem conosco da Conferência Estadual, do Fórum Popular que nós teremos agora no início de dezembro.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Está certo. Obrigado. Eu já convido para fazer uso da palavra o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Dr. Paulo Curi.

O SR. PAULO CURI - Bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar o Deputado Alan e o Deputado Cirone e estender os cumprimentos para todos os demais integrantes desta qualificada Mesa e das pessoas que estão presentes aqui: autoridades, professores, dirigentes sindicais, senhoras e senhores. De antemão, uma explicação, Deputado Alan. Eu não pude chegar a tempo, porque eu estava numa Sessão, que tem um calendário próprio, previamente definido e eu não posso - é uma questão de grande importância para o Tribunal de Contas -, eu não pude me ausentar, mas fiz questão de pedir que viessem representantes. O nosso Secretário-Geral de Controle Externo estava aqui - iria fazer uso da palavra, se é que não fez - e nós teremos, na sequência, uma exposição a ser feita pelo nosso Auditor de Controle Externo, que é o nosso Dirigente da nossa Secretaria de Planejamento, que vai fazer uma exposição que eu estou certo que será muito apreciada e muito qualificada.

Eu concordo com a fala da professora. Eu acho que é fundamental discutir intensamente a Educação. Mas, para além disso, nós temos que implementar os Planos de Educação estadual, municipal, nacional e etc. E o Tribunal de Contas tem procurado atuar fortemente nessa questão de variadas formas. Quem tem acompanhado a atuação do Tribunal de Contas nos últimos tempos, nos últimos poucos anos, eu diria, tem percebido que o Tribunal de Contas optou por priorizar a educação pública estadual, municipal. Nós

fizemos um encontro técnico sobre esse assunto logo que eu assumi a presidência do Tribunal de Contas, muito proveitoso. Nós convidamos a academia, dirigentes, sindicatos, especialistas, representantes nacionais, etc., e tiramos muitos insumos para definir o nosso planejamento estratégico. E, de fato, hoje nós temos o nosso planejamento estratégico com uma vigência prevista de 8 anos e ele tem três objetivos estratégicos apenas, e um deles é a Educação. E a nossa proposta é de uma ênfase fortemente calcada na educação infantil como ponto de partida – é importante registrar – e na alfabetização na idade certa. E, a partir disso, nós temos implementado um sem número de medidas para fortalecer essa política pública com ênfase nessas duas áreas.

O Tribunal de Contas, como é sabido, hospeda um Gabinete de Articulação Interinstitucional, que deu voz para todos os dirigentes da Educação. Os sindicatos também estão convidados e têm participado das nossas reuniões. Já foram mais de 40 reuniões do Gaepe. Os órgãos de controle, os sistemas de justiça e os gestores estão todos representados e tem sido um forte elemento indutor da geração de consensos para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Nós temos sérios problemas decorrentes do prolongamento da pandemia e do prolongamento da suspensão das atividades presenciais, que todos teremos que gerenciar daqui para frente. Mas eu posso dizer que a situação não foi ainda pior em função da existência desse gabinete, de uma articulação muito forte, integrada de todos para minimizar o impacto da pandemia na Educação.

Para além disso, os senhores que acompanham a Administração Pública há mais tempo e conhecem, tem vivência com o Tribunal de Contas, devem ter a percepção de que o Tribunal de Contas tem procurado modificar muito

fortemente sua forma de atuação. No passado remoto só fazíamos conformidade. Ou seja, olhar para a atuação administrativa e verificar se ela estava conforme o ordenamento jurídico. Daí avançamos para fazer as tais auditorias operacionais, que se prestavam a identificar, fazer um diagnóstico dos problemas das políticas públicas e indicar possíveis boas práticas, possíveis alternativas para o aperfeiçoamento das políticas públicas fiscalizadas. Só que nós percebemos, Deputado Alan, que esta ação não era assertiva o suficiente, não era efetiva, porque na prática, por uma série de razões – e nós não temos tempo aqui para explorar –, nós não conseguimos levar, assegurar esse aperfeiçoamento da política pública tão necessário para nós avançarmos.

Quero cumprimentar o Dr. Julian Farago. Deputado Cirone, agradeço pela lembrança.

Então, o que nós passamos a fazer? É importante destacar isso e o nosso Dr. Igor Tadeu vai ter a oportunidade de detalhar um pouco isso. É importante que todos tenham essa ciência, porque tem a percepção disso. Feito o diagnóstico, identificadas as melhores alternativas que são investigadas em âmbito nacional e até internacional, para definir o nosso planejamento estratégico e as nossas ações nós investigamos, por exemplo, o caso de Sobral. Discutimos com muitos especialistas, muitos gestores de sucesso. Nós estamos implementando uma terceira fase dessa atividade operacional. Não apenas fazemos diagnósticos, identificamos boas práticas, alinhamos algumas ações com o gestor, mas nós estamos efetivamente cooperando com a gestão. Nós temos em curso um programa muito interessante de apoio à gestão, de cooperação com a gestão no que toca à alfabetização. Esse programa tem um piloto que começou por Porto Velho, já

se estendeu para Ariquemes e região, já envolve então 8 municípios e, na medida do possível, nós queremos alcançar todo o Estado. E no que consiste ele? Nós examinamos junto com o gestor o Plano Municipal de Educação, identificamos as vulnerabilidades desse Plano, sobretudo a falta de metas e de regras para monitoramento dessas metas. Apoiamos na confecção da Legislação Orçamentária para assegurar recursos para os investimentos indispensáveis para a Educação, também com definição de metas, o que deve estar previsto no PPA. Indicamos medidas necessárias para o monitoramento da aprendizagem. É fundamental que exista várias intervenções para monitorar aprendizagem do aluno durante o ano letivo, para que as correções sejam feitas no curso do ano letivo, de modo a que não se consume, de um ano para o outro, grandes debilidades de aprendizagem, que são causas de evasão escolar, da distorção idade/série, da repetência, etc. E, além disso, capacitamos, só em Porto Velho, mais de 1.000 pessoas. Eu não sei se eu estou tomando parte da fala do Igor, peço desculpas por isso Igor. Mas, é importante deixar isso claro, que nós capacitamos diretores de escolas, supervisores escolares e professores alfabetizadores por meio da nossa Escola de Contas. Já iniciamos esse processo também com Ariquemes e região.

E há um dado muito interessante que merece ser mencionado, que sinaliza para a efetividade desta ação e a fala da professora que me antecedeu também é indicativo disso, ela clamou pela capacitação dos professores. Há um dado do economista Ricardo Paes de Barros, no sentido de que a capacitação bem feita dos profissionais de educação já se encarrega de assegurar o incremento de 20% nos indicadores educacionais.



Então, nós somos cômicos de que se mantivermos, se conseguirmos via Gaepe, via Poderes e órgãos autônomos, sobretudo, este Poder Deputado Alan, induzirmos a sensibilização de todos, a mobilização, certamente teremos o planejamento necessário para comemorarmos, a despeito de todas as numerosas dificuldades – não posso deixar aqui de reconhecê-las –, para nós comemorarmos avanços nos próximos anos na Educação do nosso Estado, do nosso País. Isso vai assegurar um futuro melhor para toda a nossa gente. Obrigado Deputado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, nosso Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi. Vossa Excelência já quer encaminhar para o Igor fazer a apresentação? Eu acho que já pode, já podemos, de repente, até as próximas falas com os dados pode contribuir, de repente, com algo mais.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Alan, só lembrando, o Paulo, da Fapero quer falar.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Sim, o Paulo, em seguida eu passo para você Paulo, pode ser? Obrigado pela presença meu particular amigo de muito tempo.

O SR. IGOR TADEU - Bom dia a todos. Eu vou solicitar à Mesa que projete a apresentação, porque temos alguns dados que são importantes compartilhar.

**(apresentação de slide)**

Para o Tribunal de Contas, nós estamos sonhando com uma Rondônia, em 2030, que oferece muito mais qualidade de vida para os nossos cidadãos. Uma Rondônia com uma escolaridade da sua população, mais elevada, uma produtividade da sua população medida pela capacidade de geração de riqueza compatível com as regiões mais desenvolvidas, com um setor público que ofereça serviços de maneira confiável e com integridade. E para que a gente possa alcançar essa missão, nós precisamos plantar uma semente hoje. A gente não pode mais esperar. Essa semente que nós estamos plantando, como instituição, junto com todos os parceiros, é a semente da alfabetização na idade certa. Nós sabemos de que cada 10 crianças do 9º ano do ensino fundamental, 3 já estão em atraso escolar de dois anos ou mais. É a discutida distorção idade/série. Nós sabemos que 4 dentre 10 jovens de 17 anos não concluem o ensino médio. E tudo isso tem reflexos diretos na qualidade de vida das famílias, em termos da expectativa de rendimentos desse jovem no mercado de trabalho. É por isso que nós estamos investindo na alfabetização. Essa é a semente que nós queremos plantar agora nestes anos para colher esses frutos nos próximos 8 anos.

A alfabetização, nós temos uma crença firme nisso, é o componente que vai nos ajudar a enfrentar o problema do fracasso escolar. Todos os especialistas são consensuais no sentido de que leitores competentes apresentam uma trajetória escolar com maior sucesso. Então, todos os aspectos, os problemas relacionados à trajetória do ensino fundamental e no ensino médio, elas têm uma causa vinculada a problemas relacionados à dificuldade de aprendizado de habilidades leitoras, escritoras e competências com números nos primeiros anos de escolarização.

O Tribunal de Contas tomou uma grande iniciativa de fazer uma radiografia da aprendizagem dos alunos de Rondônia neste pós-pandemia. Eu vou pedir para passar direto para o slide nº 3, no qual vamos apresentar alguns dados dessa avaliação diagnóstica. É o próximo slide, por favor. Retorna dois slides.

No que consiste essa avaliação diagnóstica? Ela consiste num teste padronizado que foi aplicado para os alunos de 43 redes municipais que, com o apoio da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) que se comprometeu em fazer uma identificação das lacunas de aprendizagem neste pós-pandemia.

Os dados que estão aí projetados, refletem as informações que foram consolidadas até a data de ontem. Até a data de ontem, nós recebemos as informações relacionadas a 25 mil provas aplicadas aos alunos no mês de outubro, das quais, 12 mil e 500 alunos, aproximadamente, do segundo e terceiro ano do ensino fundamental.

E o que nós aprendemos com essa avaliação? Nós aprendemos que desde a última avaliação nacional de alfabetização, de 2016, nós pouco avançamos. Então, nós estamos falando de mais de 5 anos em que, praticamente, houve pouquíssimos avanços em termos de desenvolver habilidades leitoras e escritoras nas crianças. Então, em 2016, em média, as nossas redes tinham uma capacidade de alfabetizar 40% das crianças. Isso significa que a cada 10 crianças que concluíam o terceiro ano do ensino fundamental, 6 apresentavam dificuldades em termos de leitura fluente, não é?

Nós tivemos uma lacuna de avaliações nacionais da parte da alfabetização. Em 2019, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), foi aplicado para o segundo

ano do ensino fundamental de maneira amostral. Então, nós não temos um retrato sobre a situação de Rondônia em 2019. Nós estimamos com base nos dados do Programa Avalia Porto Velho, que ainda não conseguimos alfabetizar mais de 60% das crianças em Rondônia.

Em 2021, e foi por isso que nós insistimos com os municípios, por meio da Undime, a fazer essa avaliação diagnóstica, nós constatamos, por meio de um teste que foi elaborado juntamente com a Undime nacional, o Instituto Airton Senna e outros parceiros que, ainda, as crianças apresentam muitas dificuldades relacionadas à leitura, escrita e matemática.

Basicamente, o que nós podemos extrair como lição é que as crianças terminam o terceiro ano do ensino fundamental conseguindo ler palavras ou frases soltas, mas ainda apresentam muitas dificuldades de interpretação de texto. O percentual de acerto nas questões relacionadas à leitura autônoma e interpretação de texto simples, varia de 40% a 60%. Isso quando a expectativa é de que no término do terceiro ano do ensino fundamental todas as crianças já estejam alfabetizadas.

Então, isso é um dado que nos preocupa. Nós precisamos agir agora, porque essas crianças que terminaram o terceiro ano sem desenvolver essas habilidades são as candidatas à reprovação nos anos seguintes. São elas que vão, de alguma forma, incidir no problema da distorção idade/série, que tanto nos aflige. São elas que são as candidatas a não concluírem o ensino médio daqui a 7, 8, 9 anos.

Então, se a gente quiser, de alguma forma, tentar melhorar as perspectivas de sucesso dessas crianças dentro das escolas e fora das escolas nos próximos 10 anos, nós

precisamos fazer algo agora. Pode passar para o próximo slide, por favor.

Essa, então, é, digamos, a principal razão pela qual o Tribunal de Contas elegeu a bandeira da alfabetização. Nós realmente acreditamos que a alfabetização é a chave para a gente conseguir transformar Rondônia na nova Sobral. O Estado do Ceará (e você também já pode passar para o próximo slide) é um caso mais conhecido de uma mudança significativa em termos de resultados da educação.

Em 2007 o Estado do Ceará ocupava, aproximadamente, a 14ª posição no Ideb. No ranking nacional também estava mais ou menos próximo dessa posição.

Em 2017, 10 anos depois da implantação de um Programa Estadual de Alfabetização na Idade Certa, o Estado do Ceará já ocupava a 6ª posição na avaliação nacional em alfabetização, do ano; e ocupava a 5ª posição no Ideb do 9º ano; e posições equivalentes também no Ideb do 3º ano do Ensino Fundamental e do 5ª ano do Ensino Fundamental. Essa lição nós precisamos aprender. Os resultados, os investimentos feitos nessa etapa da educação, eles se pagam e com muita sobra.

Então, nós analisamos toda trajetória da evolução dos resultados da alfabetização dos 184 municípios do Estado do Ceará. E nós chegamos à conclusão de que em 3 anos, a partir da implementação do PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa), houve um aumento médio da capacidade de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental de 41%. Isso significa o quê? Que municípios que conseguiam, no Estado do Ceará, alfabetizar menos de 50% das suas crianças, em 3 anos conseguiam alfabetizar mais de 90% das suas crianças, muitas vezes. E Rondônia tem todas as características que mostram o potencial de uma evolução equivalente, porque a

taxa de crescimento da capacidade de alfabetização a partir da implementação de uma política é mais rápida, é mais célere em redes menores, redes com até 500 alunos, 300, 150 alunos em alfabetização, que é a característica das nossas redes municipais.

Então nós, durante todo 2020 – em 2020 foi bastante, o debate público foi bastante consumido pelas questões da pandemia –, nós conversamos com vários especialistas e nós absorvemos todas essas lições aprendidas do que deu certo em outros Estados, Estado do Ceará é um exemplo, mas também nós olhamos para o Amazonas, que também conseguiu elevar de menos de 50% de sucesso em alfabetização para 85% de sucesso em alfabetização em 3 anos. Nós conversamos com vários especialistas do Instituto Natura, do Instituto Ayrton Senna, e traduzimos todo esse aprendizado em uma estratégia, que tem uma representação mais gráfica no próximo slide.

Essa estratégia basicamente consiste em dois habilitadores. O primeiro é que nós precisamos envolver todas essas partes relacionadas à Educação. Cooperações laterais, cooperações entre municípios de uma mesma região. Cooperações verticais, estruturas regionais ajudando e apoiando os governos locais. E a adoção de soluções que estejam já baseadas em evidências. Nós não precisamos reinventar a roda. Já existem muitas soluções validadas cientificamente que não são difíceis de ser implementadas; não exigem, intensamente, recursos financeiros; exigem muito mais capital político, vontade política de ser implementada e foco na qualificação dos profissionais da ponta, professores e profissionais da gestão, supervisores, diretores escolares e equipe central das redes. Você pode passar para o próximo slide, por favor.

Então, esse desenho é o Plano de Mudança que nós construímos pensando em transformar a alfabetização no Estado de Rondônia, que foi construído a muitas mãos, ouvindo tanto especialistas de fora, externos, quanto os especialistas de dentro e gestores locais. O foco na formação continuada dos profissionais. O foco na gestão da aprendizagem, porque o que importa é se o aluno está aprendendo ou não. O foco da gestão escolar, olhando para esses dois fatores: quais professores estão com mais dificuldade, que turmas estão apresentando mais dificuldades. E o gestor escolar sendo um grande maestro nesse processo, apoiando os professores dentro de sala de aula. E a avaliação diagnóstica como um grande mapa, uma grande bússola que vai, durante todo o ano, mostrar o que os alunos aprenderam e deixaram de aprender, e como a gente vai traduzir esse diagnóstico para dentro de sala de aula. Ou seja, a gente não pode fazer o diagnóstico pelo diagnóstico. O professor tem que se apropriar desse diagnóstico e elaborar um plano de aula olhando para aquelas competências e habilidades que os alunos não conseguiram desenvolver naquele período.

É por isso que no Tribunal de Contas nós defendemos que essa avaliação diagnóstica seja feita, no mínimo, uma vez, ainda no primeiro semestre, mas seria o ideal que ela fosse feita até duas vezes no ano. A gente não pode passar os alunos de ano sem que a gente consiga identificar precocemente as suas dificuldades apresentadas.

E o outro aspecto importante que faz parte dessa estratégia é a articulação interinstitucional, que nós colocamos no eixo da governança multinível, que é o que está sendo de alguma forma viabilizada, no âmbito do Gaepe (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação), onde nós estamos conseguindo fazer

essas articulações mais laterais. Mas, nós ressaltamos, aqui, a importância de uma estrutura regional de governo, a exemplo do que aconteceu no Estado do Ceará, participar de uma maneira mais intensa desse processo por meio de uma política estruturada. Pode passar para o próximo *slide*, por favor.

O Conselheiro Paulo já abordou brevemente sobre uma ação que o Tribunal já está fazendo relacionada à formação de professores. Essa estrutura mostra como funciona basicamente esse programa. Nesse programa, nós temos como elemento central o professor. E todos os outros aspectos da gestão escolar apoiam o professor em sala de aula para que consiga resolver problemas de aprendizagem dos seus alunos. Então, basicamente, nós temos ações para, com encontros formativos para formar e qualificar professores para a alfabetização, especificamente. Então, nós trouxemos uma especialista em alfabetização, referência nacional, nós disponibilizamos essa especialista para que ela pudesse discutir com os professores da rede, práticas pedagógicas que dão certo. E fazemos encontros regulares desses professores e da equipe gestora com esses especialistas.

Nós ajudamos o município de alguma forma também, por meio dessas especialistas a implementar uma formação continuada, porque o Tribunal de Contas, nem essas especialistas podem, vão ficar permanentemente à disposição. Então, nós precisamos gerar autonomia da rede para que eles mesmo se capacitem, busquem, tenham um processo de capacitação.

Nós ajudamos o município a montar uma estrutura de indicadores de acompanhamento de sala de aula, de indicadores simples, de rotina: frequência de aluno, frequência de professores, quantos alunos fizeram a lição de casa, quantos alunos leram os livros; até indicadores



relacionados ao desenvolvimento de competência: quantos alunos são silábicos, quantos alunos são ortográficos, quantos alunos desenvolveram uma determinada habilidade, como por exemplo, distinguir fonemas de outros sinais gráficos. Tudo isso são marcadores da alfabetização. E, para que a gestão possa ser feita, a gente precisa gerar informações continuamente, mensalmente para que um gestor de escola ou um gestor de rede possa atuar sobre os problemas que forem identificados.

Um terceiro componente da política envolve a implementação de um Comitê Gestor, que é o que nós estamos trabalhando agora no município de Porto Velho. Onde as partes possam, de alguma forma, discutir esses problemas que forem evidenciados na estrutura de monitoramento.

Então, como produto do nosso programa, o que é que nós temos? Professores e equipes gestoras capacitadas. Nós temos um sistema de avaliação diagnóstica funcionando, que alunos fazem testes padronizados, pelo menos uma vez por ano, para identificar as suas lacunas de aprendizagem. Nós temos formações mensais de HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), momentos em que professores compartilham experiências e suas dificuldades e práticas de sala de aula para que a gente possa, de alguma forma, compartilhar boas práticas dentro da rede. Uma estrutura de relatórios mensais de monitoramento em nível de turma, saber quais turmas estão indo bem e quais turmas não vão tão bem. E reunião bimestrais do Comitê para a gente ter uma estrutura de governança ativa e atuante.

Com esses produtos, nós esperamos que nós possamos identificar precocemente as lacunas de aprendizagem sobre as quais os professores já capacitados terão condições de atuar, especificamente, para desenvolver essas competências com habilidades mais específicas. E todos os profissionais

da equipe gestora, supervisores escolares, gestores de escolas e gestores de rede, acompanhando essas metas e apoiando esses profissionais da ponta para fazer todo esse sistema funcionar. Você pode ir para o próximo slide, por favor.

Só para a gente tentar traduzir um pouco dos principais marcos da implementação desse programa, em Porto Velho, principalmente, até julho – esse dado não é o mais atual – em dois meses, nós conseguimos iniciar as formações de mais de 600 profissionais, incluindo 220 professores alfabetizadores do 1º ano, mais de 100 professores do 2º ano e um pouco menos do 3º ano; 130 supervisores escolares e, mais ou menos, 50 técnicos formadores que ficariam responsáveis pela formação de outros professores. Em agosto, por meio de reuniões periódicas com consultores, disponibilizados pelo Tribunal, nós ajudamos o município de Porto Velho a redesenhar sua política municipal de alfabetização na idade certa, com metas, como o Presidente gosta de dizer, “sobralinas”. O município de Porto Velho se comprometeu a alfabetizar 85% das crianças até o final do primeiro ano. Essa é a meta de Sobral. E todas as outras crianças até o terceiro bimestre do segundo ano.

Então, a ideia é que quanto mais cedo a gente consiga alfabetizar as crianças, a gente consegue tratar aqueles que têm mais dificuldades de uma maneira com muito mais foco. A gente consegue identificar quem já foi bem, vai apenas desenvolver novas habilidades e o professor, nos anos seguintes, no segundo e terceiro ano, consegue focar naqueles alunos que apresentarem maior dificuldade.

Em setembro, nós tivemos um marco importante do nosso projeto, que foi uma expansão do Programa de Formação para o polo Ariquemes. Em outubro – e isso faz parte também desse programa –, nós conseguimos implementar um processo

de avaliação diagnóstica das 43 redes municipais, das quais compareceram, até o momento – esse é o dado que eu obtive hoje, mais atualizado –, mais de 29 mil alunos de todo o Ensino Fundamental. Aproximadamente 14 mil alunos dos segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental. Você pode passar para o próximo slide, por favor.

Então, esse é basicamente o desenho do nosso programa hoje, incluindo os 8 municípios. O Programa que a gente tem como população alvo, que a gente está gerando produtos para aperfeiçoar são mais de 1.700 professores do primeiro ao terceiro ano desses 8 municípios. Nós já alcançamos aí para quase mil professores até este momento. E isso envolve 132 escolas dessas redes, que contém turmas em alfabetização e tem como beneficiários – que é a razão de ser do que nós estamos fazendo – mais de 22 mil alunos envolvidos nessa ação do Tribunal de Contas. Pode passar para o próximo slide.

E aí é um ponto que a gente gostaria de finalizar ressaltando a necessidade de a gente estruturar uma política estadual de alfabetização na idade certa. A avaliação diagnóstica é um componente essencial da nossa política. No Estado do Ceará quem é responsável pelo sistema de avaliação da alfabetização do Estado é a Seduc do Estado do Ceará. Eles são a instituição responsável a fazer o sistema funcionar. Eles trabalham também com sistema de cooperação e incentivos. Então, existem mecanismos que, de alguma forma, incentivam os resultados das redes com algum adicional de participação no ICMS, premiações simbólicas ou até financeiras, mas existem estruturas de cooperação e incentivos que são coordenadas por esta estrutura regional. Que a grande função dessa estrutura regional, no fundo, além de estruturar esses macros processos de avaliação e de incentivos, é a

articulação dos governos locais. É a liderança política que, de fato, é o principal capital responsável por fazer esse processo acontecer de maneira escalada em nível de Estado. E a gente precisa de uma estrutura de Governo de Estado que assuma essa liderança também.

Esse desenho de uma proposta de política estadual que tenham esses aspectos é uma proposta que é defendida pelo Instituto Natura, que se baseia nos casos de sucesso do Brasil e eles têm um Programa que se chama Parc (Programa de Alfabetização em Regime de Cooperação), que trabalha com esse pressuposto de governança multinível de uma estrutura de governo estadual que apoia e incentiva os resultados em alfabetização dos governos locais.

Nós defendemos veementemente que o Estado comece a se assenhorar do tema da alfabetização, porque são esses alunos que ingressam no Ensino Médio com as suas dificuldades, com a sua história de toda a trajetória do Ensino Fundamental e nós temos a firme convicção de que todos os resultados de aprendizagem, em toda a trajetória escolar, serão significativamente melhorados a partir do momento em que nós conseguirmos, pelo menos, desenvolver competências leitoras e escritoras nessas crianças até o término do terceiro ano do Ensino Fundamental. E o Estado e todos os órgãos e instituições envolvidas nesse processo precisam olhar para onde começa, de fato, o processo de educação.

Eu finalizo aqui a minha exposição. É uma exposição que foi bastante breve. Nós temos muito mais dados para poder compartilhar. O Tribunal de Contas se põe à disposição para poder apresentar esclarecimentos, discutir com mais profundidade os temas que foram aqui apresentados e eu agradeço mais uma vez essa oportunidade de fala.

**(Às 12 horas e 06 minutos, o Senhor Alan Queiroz passa a presidência para o Senhor Cirone Deiró)**

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, Igor, pela apresentação.

Eu quero aqui passar a palavra ao Presidente do Tribunal, ele tem alguma complementação a fazer, Dr. Paulo Curi.

O SR. PAULO CURI - Deputado, obrigado pela gentileza. Eu sei que nós já abusamos do uso do tempo que é concedido às instituições, talvez já tenhamos extrapolado. Mas, só para sublinhar alguns aspectos da fala do Igor.

Primeiro, que nós consideramos que os nossos problemas na educação começam com a carência de vaga de creche, a não-universalização da pré-escola e a não-alfabetização até o 3º ano e isso tem que ser enfrentado com urgência. Disso decorre evasão, repetência e grave distorção idade/série no ensino fundamental e, sobretudo, no ensino médio. Exatamente por isso que nós estamos priorizando essa fase do ensino. Há várias ações, nós nem tivemos tempo aqui de mencionar todas as ações, eu sei que o Secretário-Geral de Controle Externo falou antes de mim e mencionou outras ações que nós vimos desenvolvendo. Mas nós não podemos olvidar, naturalmente, de que a gestão cabe aos gestores e nada vai funcionar se a gestão não se envolver, não se engajar nessas ações que são indispensáveis. E nós advogamos, como disse o Igor no final da fala dele, que, da mesma forma como outros Estados fizeram, e o exemplo melhor é o do Estado do Ceará que avançou muito rapidamente a partir disso, o Estado de Rondônia implemente um programa

de apoio aos municípios, da alfabetização. Isso pode envolver distribuição de material didático, capacitação desses profissionais que atuam na alfabetização, apoio para o planejamento, para o monitoramento, para elaboração da legislação orçamentária.

Uma questão que nós já trouxemos aqui, já conversamos com os secretários estaduais, já discutimos com os senhores deputados, precisa legislar para melhor distribuir a quota-parte dos municípios, de ICMS, com base em resultados. É o que preconiza a Emenda Constitucional do Fundeb, que foi recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. E quem sabe também distribuir os recursos discricionários com base em resultados, para estimular os municípios, os prefeitos, sobretudo, a se concentrarem na geração de resultados em todas as fases do ensino, mas, em particular nessa que é tão crítica, como nós observamos, que é a da alfabetização. É isso, Deputado. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Presidente Paulo Curi. Eu tive a oportunidade Igor, de visitar Sobral na comissão que nós fizemos aqui na Assembleia Legislativa. E nós, realmente, vimos o empenho tanto do Governo do Estado e, principalmente de Sobral, em se sobressair nas questões da Educação daquele município.

O senhor fez realmente a lição de casa. A gente passou o dia lá com eles, visitamos as estruturas, inclusive Dr. Paulo Curi, eles contrataram uma OS, que faz avaliação depois, desses profissionais, na formação continuada. E as próprias escolas entre si, criaram uma disputa saudável de desempenho, por essa motivação que o governo municipal lá criou na participação do ISS do município e etc.

Então, a gente vê que tem jeito sim, depende das políticas públicas, do envolvimento, da gestão fazer em relação à educação.

E falando em 3ª série, na minha época era primeiro grau, agora mudou a nomenclatura, mas a nossa dificuldade antigamente, na 3ª série era evidente. Era, porque era a fase de transição do ensino, do aprendizado. E a gente vê hoje que existe uma política, eu não sou especialista em educação, mas em questão até da reprovação. Os municípios não querem reprovar porque vão perder o fundo do Fundeb, o professor não tem essa autonomia. Então, são coisas que precisam ser discutidas realmente. Será que é vantagem só passar o aluno e dizer que o aluno passou de série? Então, tudo isso abre essa discussão. E um debate como esse, proposto pelo colega Deputado Alan Queiroz, é de grande valia para que esta Casa, onde há ressonância do anseio da população, possa discutir e possa implementar as ações, inclusive recursos no orçamento do Estado para que possamos implementar políticas verdadeiramente eficazes.

Eu quero passar a palavra aqui ao colega Paulo Haddad, da Fapero, para fazer o uso ou da tribuna ou pode ser daí mesmo Paulo.

O SR. PAULO RENATO HADDAD - Daqui mesmo. Vou me dar o direito de tirar a máscara, estou distante, para que não tenham alguma dificuldade de dicção aqui.

Em primeiro lugar eu quero saudar de uma maneira muito diferente e especial os queridos Deputados Alan Queiroz e Cirone Deiró. Queridos porque trazem uma preocupação, trazem à baila a discussão e uma preocupação que é nacional, mas, sobretudo, para o nosso Estado. A preocupação de vocês é com o nosso futuro, com o futuro dos

nossos filhos, parabéns. Espero que a gente consiga alastrar isso para mais pessoas. Como bem disse a colega, precisávamos aqui dos 24 deputados, é importante que a gente crie massa para combater isso.

Saudar aqui a nossa querida magnífica Reitora Marcele, muito obrigado pela citação à Fapero, s professora Adir, que tão bem dirige o Idep e os demais colegas da Mesa, o Dr. Paulo Curi, também conhecido de longa data, a quem em nome dele, saúdo os demais membros da Mesa.

Bom, na verdade, eu trago mais um caldo para essa ampla discussão. Eu só penso, e essa é uma opinião pessoal, que nós precisávamos parar com esses discursos de lado a lado, de ofensas ao passado, a quem quer que seja. A gente precisa olhar um pouco mais para frente. Críticas a todos os governantes deste País todos nós temos, seja por isso ou por aquilo. Mas está na hora de darmos as mãos realmente e fazer acontecer todos esses belos discursos que vieram aqui, sejam eles classificados de que lado forem.

Eu hoje estou com a incumbência que tem muito a ver com tudo isso. E eu vou citar um problema dessa brilhante apresentação que fez agora o Tribunal de Contas para nós, que estoura lá na frente e que é uma das minhas preocupações que eu traria agora, que é a preocupação com o letramento digital. Quem já ouviu falar dessa palavra? Letramento digital é a incapacidade dos nossos alunos, das nossas crianças, dos nossos jovens em participar do mundo atual. Existem inúmeras indústrias de tecnologia aqui no Brasil, precisando de mão de obra, pagando razoavelmente bem, bom plano, mas tem que contratar em Bangladesh, no Paquistão, na Índia, porque nós não temos mão de obra com capacidade formada, sobretudo, porque não sabem matemática, viu? Sobretudo, porque não sabem matemática. E a gente



critica aí nas redes sociais a forma como maltratam a língua portuguesa.

Mas eu quero deixar aqui um pedido aos deputados presentes para que pressionem seus colegas da bancada federal – e vou levar isso para eles –, nós temos a PL 4513, que trata da Política de Educação Nacional Digital, na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, nós precisamos ter uma Política Nacional de Educação Digital. É mais um caldo que entra a essa complexidade toda trazida aqui.

A Fapero tem a responsabilidade, e gostaria muito de ter o conhecimento de todos os senhores e o apoio financeiro para que forme, para que ajude a formar mais mestres e mais doutores no nosso Estado. É necessário. A Fapero detém a política pública de pós-graduação e acima a todos os entes públicos do Estado. Poderíamos, muito bem, estar contribuindo sobremaneira com a nossa Unir, com o Ifro e ainda, aos trancos e barrancos, conseguimos fazer isso. Mas os nossos professores na base? O Tribunal de Contas usa a Fapero. Alguns poucos órgãos públicos estaduais usam a Fapero. Desconhecem a política de ciência, tecnologia e inovação. Esse é um desafio que o Governador Coronel Marcos Rocha colocou à minha pessoa –que estou neste momento dirigindo a entidade –, e eu gostaria que todos trouxessem essa ideia da ciência, tecnologia e inovação à baila, na discussão da Educação.

Deputado, parabenizá-lo, sobremaneira, porque nós estamos vendo aí o mundo transformando computadores com energia quântica, nós estamos vendo tanto avanço mundo afora, e nós discutindo 5G ainda. Precisamos que essa garotada tenha a condição básica, precisamos que elas cresçam com adequada educação no ensino fundamental 1 e 2, mas também precisamos que os nossos professores se tornem

mestres e doutores para que tenham mais qualidade e mais competência para conduzir os destinos do nosso Estado. Obrigado, parabéns, sucesso a todos.

**(Às 12 horas e 16 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a presidência ao Senhor Alan Queiroz)**

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Paulo, pela participação, pela contribuição. E eu quero fazer um encaminhamento, se assim todos permitirem e concordarem também, de a gente fazer um adensamento desse Seminário que está proposto para a parte da tarde, que são apresentações como as que foram feitas aqui, já, pelo Tribunal de Contas, foi feito, inicialmente, também, pela palestrante que abriu os trabalhos, e a gente possa - quem puder continuar com a gente em Audiência Pública, a gente continua, quem puder estar presente, e a gente dá um andamento. Porque eu acredito que se a gente suspender para abrir à tarde de novo, eu acho que pode evadir, a gente perder um pouco o objetivo. Até porque, os assuntos são os mesmos, são as mesmas tratativas, a gente pode adensar e a gente, então, porque os próximos inscritos aqui são os palestrantes, a gente vai falar a mesma coisa agora e, talvez, à tarde, a mesma coisa. Então, se for possível, no entendimento de todos aqui uma concordância, eu queria colocar em aprovação.

Podemos? Então vamos tocar aqui, está certo? Então já vou chamar aqui a Professora Walterlina, inclusive eu conversei agora há pouco com ela, ali, para que a gente pudesse fazer esse ajustamento, professora, e a gente, então, tem uma apresentação dela, que vai falar pelo Fórum Estadual de Educação.

A SRA. WALTERLINA BRASIL - Só pedir a gentileza da minha exposição, obrigada, colocar na tela para que todos possam ver. Bom, Deputado Alan Queiroz, eu quero, de público, agradecer a gentileza e a pedagogia que o senhor teve agora nos bastidores para fazer com que a gente aprenda a lidar com o ritual da Assembleia. E ao grande público, dizer duas coisas. A primeira, este momento, para quem ainda não alcançou, você que está no Facebook, no You Tube, ele é histórico, porque esse é o segundo Plano Estadual de Educação, e é o primeiro com uma envergadura de avaliação pública. A gravação desse evento serve, inclusive, de instrumento para estudos futuros, inclusive prospectivos, por isso o sentido de sacrifício até aqui compreendido entre nós e as equipes de apoio.

A segunda questão é que o Fórum Estadual de Educação é *pro bono*. Não há nenhuma representação que seja minimamente remunerada, inclusive o próprio funcionamento do Fórum. Então, o espírito público é o que nutre a luta política dentro do Fórum. Por isso, de imediato, gostaria de dizer para vocês que nós vamos aqui colocar alguns elementos que são aspectos gerais do trabalho do Fórum para serem avaliados.

**(apresentação de slides)**

A nossa tese de trabalho é a seguinte: em que medida a estratégia de um Fórum Estadual ou Municipal representa a garantia do acompanhamento à implementação das metas políticas educacionais? Essa é a pergunta de avaliação e de eixo para nós. Por quê? Porque são diversas as instituições que compõem o Fórum. E com os adventos políticos a partir de 2016, com *impeachment*, com eleições turbulentas e com

políticas de ódio na estrutura nacional, nós temos muitas dúvidas em relação se essas ferramentas estão sendo apropriadas pelo controle social e se o abandono do Fórum pelos segmentos que são vanguardistas da política nacional pode significar um esvaziamento de uma estratégia, como a professora Marcele Frossard disse, construída a largos e duros passos da sociedade brasileira. Pode prosseguir. Serei breve. Próxima lâmina.

Bom, o Fórum é, sobretudo, um órgão jurídico. Ele foi estabelecido em lei. E ele está organizado de modo a ter toda uma rotina e regime de prestação de contas substancial. Tem regimento, tem normativa e tem uma estrutura própria para lidar com a política nacional. E ele é vinculado ao Fórum Nacional de Educação, que foi esvaziado a partir do Governo Michel Temer. Pode prosseguir. Próximo.

O Fórum Estadual, instituído por Decreto, se institui por organizações das quais 27 são permanentes; dessas 27, 7 são representadas pela Secretaria de Estado da Educação; e outras são os nossos representantes especiais, é facultado a eles, e agradecemos sempre que podem participar. Pode seguir. Próximo.

Nas condições das políticas estaduais, nós consideramos a organização das metas a partir de um documento do próprio Fórum Nacional, que organiza a partir do Inep(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). E o Inep estabelece que as metas podem ser organizadas a partir de diretrizes gerais. Por que a gente está dizendo isso para cada um e cada uma aqui? Porque o Tribunal de Contas acabou de falar dos indicadores. O Presidente da Fapero acabou de falar de políticas de ciência, tecnologia e inovação. Agora, para você repercutir isso num Plano, e para a gente saber se a nossa hipótese de

trabalho faz sentido, é preciso saber como esses indicadores convergem, e como esses indicadores conversam, para eu dizer se um Plano e se essa é a melhor estratégia de fazer a gestão das políticas educacionais. E essas são as formas com que os documentos que nos orientam agregam às metas. Pode prosseguir.

Nós temos alguns documentos que, de onde vem a avaliação? Tem avaliação política, tem avaliação técnica, tem avaliação jurídica. De onde vem a avaliação? Vem a partir de documentos publicados em lei, e um dos documentos, bastante importante, é de quando surgiu o Plano Nacional de Educação, as linhas de base para implementação dos Planos, que fazem com que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, que está com dados defasados, possa progredir com esses dados. Nesses documentos nós temos as etapas de execução do Plano e as etapas de avaliação e monitoramento. Pode seguir. Indo para a conclusão.

Quando você pega as linhas de base do Plano para você fazer a avaliação e monitoramento do Planos Nacional, Estadual e Municipal – todos seguem essa mesma orientação metodológica –, nós vemos eixos e diretrizes que, novamente, agrupam, como o próprio Tribunal de Contas explanou há pouco, agrupam essas metas em linhas e prioridades. Por que isso é importante, Deputado Alan, e é bom que se transmita à Comissão de Educação da Casa? Porque a gente passa a ver o Plano, pelo menos na proposta, como um conjunto e se esse conjunto não repercute, nós falamos do Plano apenas como objeto estratégico/político, e sem pragmática. E um Plano precisa de um pragmática, ele precisa ser viável. Nós temos metas, inclusive, sem indicadores até hoje. Exemplo: as metas para o Ensino Superior. São metas esvaziadas de indicadores, para dar um exemplo. Pode prosseguir. Eu vou indo para a conclusão.

O Inep já produziu três relatórios de monitoramento. Veja só, Deputado Alan, como o senhor está fazendo história conosco hoje, porque já são três relatórios nacionais. O Estado já produziu dois relatórios de avaliação. E é a primeira vez que nós viemos, aqui, trazer isso a público. E nesses relatórios, como bem falou a representante da Campanha Nacional de Educação, as metas estão sendo esvaziadas. Por isso, a nossa hipótese e o nosso desafio para esse Pleno e para a sociedade que me escuta. Próximo.

Qual é o contexto de Rondônia? Nós só trouxemos uma informação devido ao tempo e ao respeito aos senhores e senhoras. A primeira condição que a gente tem que pensar: a Educação Básica, em Rondônia, é pública, minha gente. Eu tenho a informação, Deputado, não sei se chegou até o senhor, que o Secretário Suamy não estava aqui, porque já havia uma agenda para essa data, inclusive, na hora que a gente fez a solicitação, a data para hoje seria dia 28. Então, houve um conflito de agenda. Porém, todos os técnicos da Secretaria de Estado de Educação que trabalham no monitoramento estão representados aqui. O que quer dizer? Que nós temos mais de 42% da Educação Básica sendo ofertada como pública e pesando sobre a Secretaria de Estado de Educação, que não impediu, em nenhum momento, que o Fórum seja gerenciado por qualquer das instituições que o compõem.

Então, eu também não posso, por senso de justiça, dizer diferente, inclusive, dos Secretários de Estado que nos antecederem, porque o Fórum existe como política de Estado. O Fórum não é da Secretaria de Estado apenas por Decreto, mas é uma política de Estado e supera todos os governos. É bom essa reflexão para as pretensões de 2022. Vejam como Rondônia é pública. Pesa sobre nós a meta 20, Deputado. Pesa sobre nós a meta do financiamento, porque,

se o primeiro Plano Estadual faliu antes de ser executado, o segundo Plano Estadual, que é o que acontece no Plano Nacional, tem na meta 20 a sua principal circunstância de reflexão, como a equipe de monitoramento vai mostrar. Segue, próximo.

E aí, é outra contradição. Enquanto a Educação Básica é pública, a Educação Superior em Rondônia é, essencialmente, privada, apesar da força das suas únicas instituições públicas federais que bem nos representam como a Unir e o IFRO. E isso quer dizer que, entre outras questões, os desafios para que você pense em uma política de fluxo e, como a gente dizia antes, o Plano de Educação é um instrumento criado para ser viável ou é um instrumento criado para ser retórica, que passa pelos humores dos governos?

Os que estão *pro bono* e acreditamos nas políticas públicas do País, porque você tem um Projeto de Nação atrás de um Plano Nacional de Educação, e uma agenda de luta política, nós chamamos a atenção: como você executa as metas que aliam da Educação Infantil à Educação Superior em um Estado que há essa distorção?

Isso está demonstrado no nosso relatório. Por fim, e não menos importante – pode passar, por favor – o nosso trabalho. O Fórum Estadual de Educação, embora as forças progressistas entendam que ele pode estar representando um governo conservador – o que é não verdade, porque, por exemplo, isso não me representaria como professora da Unir – nós trouxemos o debate do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e entendemos que Enem não é a única política de acesso à Educação Superior, precisa ser diversificada, precisa ser questionada. Trouxemos à discussão dos indicadores. Esses indicadores, como o Indeb (Instituto de Divulgação Educacional Brasileira), eles respondem pela

condição amazônica, pelo custo amazônico da educação. Esse custo quilombola, ribeirinho, do campo, progressista. Nós precisamos, a partir da política do Plano Estadual de Educação, e entender quais são. E aí, Deputado, vamos ter a LOA, vamos ter a revisão do orçamento do Estado, vamos ter os efeitos colaterais da Covid, vamos ter o investimento em tecnologia. O Fórum tem feito esse trabalho de debate.

E quero finalizar com um alerta: o Sistema Nacional de Educação estará em votação dia 11 de novembro. A Comissão de Justiça avançou nisso. O Fórum chamou uma leitura pública sobre o Sistema Nacional de Educação que vai tratar sobre o regime de colaboração. Tratando, então, do regime de colaboração, qual é a próxima surpresa? E aí fica para os que estão nesta Audiência, para o público que me escuta ou que me escutará no futuro assistindo esse documento, o seguinte: de que nos serve o planejamento? A energia que despendemos com o recurso que nós temos não renovável, que é o nosso tempo, e imaterial, que é o nosso conhecimento e investimento na nossa própria qualificação, está tendo um retorno dentro das instituições? Então, esse é o trabalho do Fórum Estadual de Educação ao longo do tempo que eu me sinto muito bem representada pelos que me antecederam. Mas chamo atenção para os parceiros que nós precisamos de um alinhamento geral em relação a duas coisas fundamentais, Deputado: a produção dos dados entre as instituições e o compartilhamento público desses dados – inclusive na ausência do IBGE, que não conseguiu, na ausência do Inep, que não conseguiu se atualizar – e o segundo, parametrizar as prioridades de investimento e de planejamento financeiro e orçamentário nas políticas públicas voltadas à Educação a partir do que indicam os Planos e os relatórios. E o nosso relatório indica muitas coisas importantes que podem ser objeto de aprendizagem mútua entre todas as instituições.



Era isso, Deputado. Muito grata a todos e todas. E os que seguirão poderão dar, inclusive, o sucesso ou o as debilidades do nosso Plano, para o entendimento do público que nos assiste e da história que nós fazemos neste momento. Era isso.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado, Professora. Muito obrigado mesmo. Parabéns. E quero, inclusive, Professora Walterlina, quero sugerir, solicitar, na verdade, palavra mais exata, que a Vossa Senhoria pudesse enviar toda essa documentação do Fórum tanto dos estudos e dos indicativos para a nossa Comissão de Educação para que a gente possa estar... Já fizeram? Então, maravilha.

Então, a gente vai já pedir essa documentação seja passada para todos os deputados da Casa para que a gente possa debater com algo mais concreto no sentido de números, para a gente debater exatamente na questão do orçamento que está já em debate na Casa.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 37 minutos)**

***(Sem revisão dos oradores)***